

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 244 | JUNHO DE 2020

ENTREVISTA

“Os criminosos estão mostrando quem manda na Amazônia”, diz Márcio Astrini, do Observatório do Clima

EDUCAÇÃO

Em um país onde o acesso à tecnologia é para poucos, a pandemia expõe as fragilidades da EaD

Foto: Wilson Dax/ Agência Brasil



Todos os paramilitares do presidente

A militância furiosa, armada e fora de controle que gravita em torno de Bolsonaro, ameaça incendiar o país, sob o comando da ex-feminista e neosupremacista Sara Winter e os *300 do Brasil*

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

O ambientalista Márcio Astrini analisa a agenda antiambiental do governo Bolsonaro

07 WEISSHEIMER

As balas de prata de Bolsonaro contra a democracia brasileira

08 EDUCAÇÃO

A pandemia expõe as fragilidades da EaD onde a maioria não tem acesso às tecnologias

10 ENSINO PRIVADO

Negociação coletiva inclui proteção da saúde, condições de trabalho e calendário letivo

14 ESPECIAL

Aliança entre governo e radicais de direita flerta com o neonazismo e ameaça a democracia

18 SAÚDE

Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Grupo Hospitalar Conceição na mira das privatizações

20 ECONOMIA

A agricultura sofre os impactos da pandemia e da terceira maior estiagem em 15 anos

22 MOVIMENTO

Ação solidária une sindicatos e movimentos sociais no combate à fome devido à Covid-19

25 ARTE +

Quadro Amarelo, a escrita criativa *on-line*

O inverno de Sara

Uma das mais fervorosas apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro, a ex-feminista e neosupremacista Sara Winter já viveu dias melhores na sua militância à frente do *300 do Brasil*. Investigada no inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre *fake news*, ela e o ex-deputado Roberto Jefferson, o empresário Luciano Hang e parlamentares do PSL foram alvo de mandados de buscas e apreensão pela Polícia Federal no final de maio, por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

Depois de divulgar *lives* com insultos e ameaças ao STF e chorar a apreensão de seu *tablet*, *notebook* e celular, Sara liderou um protesto em frente ao Supremo com tochas e máscaras, numa alusão à liturgia do grupo supremacista branco

Devastação da Amazônia

Na entrevista do mês, o ambientalista Márcio Astrini, do Observatório do Clima, avalia a agenda antiambiental do governo Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), avalia que o desmatamento na Amazônia dobrou no último ano e que, desde agosto de 2019, o acumulado em

EaD, seca e privatizações

A adesão involuntária ao ensino a distância em virtude do isolamento imposto pela pandemia da Covid-19 expõe uma realidade para a qual especialistas em educação já vinham alertando há muito tempo. Em um país no qual o acesso à tecnologia é privilégio de poucos, a EaD tende a ser mais uma forma de exclusão. De acordo com o IBGE, 40% dos domicílios não possuem banda larga e muitas vezes o acesso à internet se dá apenas por celular, situação comum em comunidades com populações de baixa renda nos grandes centros. Também é destaque na edição o agravamento da crise da agricultura. O setor, que já não vinha bem, sofre os impactos da pandemia e da terceira maior estiagem em 15

Klux Klan e provocações a Moraes. Divulgadas em vídeo, as imagens que evocam um passado nebuloso renderam a Sara Winter a expulsão sumária do Democratas e poderão terminar em sua prisão. Com 130 mil seguidores no *Twitter* e mais de 250 mil em um canal do *Youtube*, Sara Fernanda Giromini, 27 anos, que num passado recente deixou de lado a militância feminista por causas antidemocráticas e identificadas com o neonazismo adotou o sobrenome Winter em homenagem à militante fascista de origem inglesa que ajudou a criar a União Britânica de Fascistas nos anos 1940. É personagem central da multiplicação de células paramilitares no país a partir da eleição. A ascensão desses grupos é investigada na reportagem especial de capa desta edição.

termos de área devastada atinge 90% da região. "No campo há uma situação inédita: o crime ambiental está tomando conta da região amazônica, está sendo oficializado como prática de exploração (...) E não há outra explicação para isso a não ser o discurso sistemático do presidente da República contra a preservação ambiental", alerta.

anos. O resultado é uma quebra da safra de 30% em todas as culturas, exceto o arroz e a soja. Enquanto isso, a saúde pública levada ao limite de sua capacidade com as internações de pacientes com Covid-19 deve enfrentar a privatização de hospitais públicos de referência como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e o Grupo Hospitalar Conceição. As duas instituições foram listadas pelo Ministério da Economia como estatais a serem vendidas para a iniciativa privada.

Confira ainda as notícias do ensino privado, a programação especial da Fundação Ecarta e os colunistas do *Extra Classe*.

Boa Leitura!

EXTRA
CLASSE-ORG-DF

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Ângela Felippi, Fernanda Wenzel, Flávio Ilha, Grazielle Betina Brandt, Marcelo Menna Barreto, Rogério Leandro de Lima da Silveira, Stela Pastore e Wálmaro Paz

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

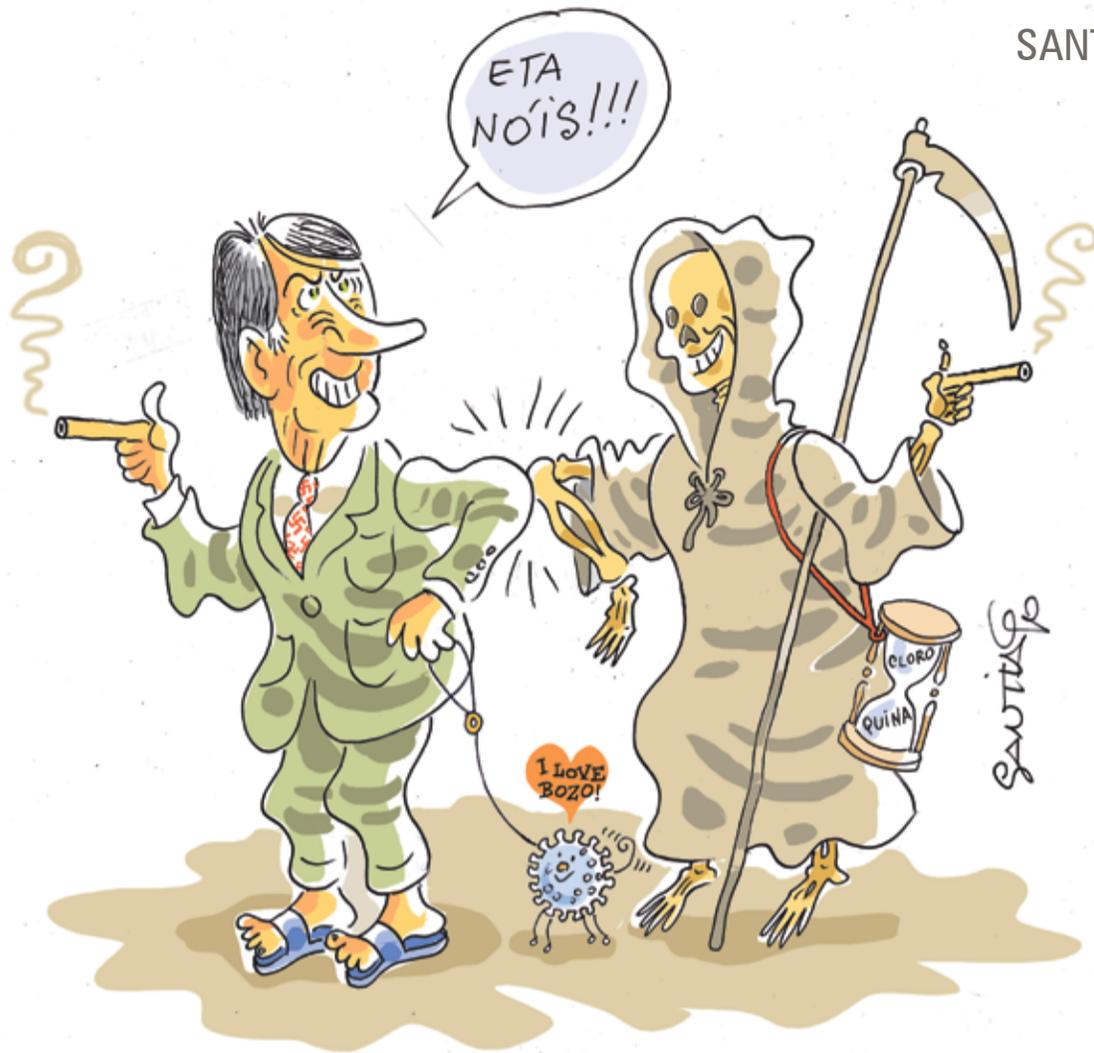
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse)

Minneapolis em chamas

Em uma rede social, o ator Will Smith sintetizou o contexto do assassinato do ex-segurança negro George Floyd, 46 anos, sufocado pelo policial branco Derek Chauvin, em Minneapolis, EUA, no dia 25 de maio. "O racismo não está piorando, ele só está sendo filmado", resumiu o astro de *MIB – Homens de Preto*, que estreou no cinema em 1992, como protagonista de *A lei de cada dia*. Registrado em vídeo, o crime provocou uma onda de protestos antirracistas que varreu a maioria dos estados norte-americanos e se estendeu por mais de 70 cidades, com enfrentamentos entre manifestantes e polícia, viaturas e prédios incendiados, detidos, mortos e feridos. Um levante nunca visto na extensa história de negros massacrados por policiais dos estados conservadores do império. A revolta reverberou em Toronto, Londres e Berlim. "Eu não estou conseguindo respirar". O apelo derradeiro de Floyd é idêntico ao de Eric Garner, 43, pisado no pescoço e sufocado até a morte ao ser preso pelo agente Daniel Pantaleão, da NYPD, no distrito de Staten Island, em Nova York, em 17 de julho de 2014.

SANTIAGO



Jovem, pobre e negro: uma sentença de morte

O Brasil é insuperável em crimes de recortes social e racial e concentra o maior número de assassinatos no mundo. Das mais de 65 mil mortes violentas registradas por ano, a maioria é de jovens entre 15 e 29 anos. Para a Anistia Internacional, há algo pior do que essa tragédia: a indiferença da sociedade diante de milhares de vidas perdidas.

Motivada pela urgência de um debate sobre o massacre da população negra, a Anistia se somou à luta das organizações negras brasileiras e lançou a campanha *Jovem Negro Vivo* que chama a atenção para o perfil das principais vítimas dessas mortes: jovens, negros, do sexo masculino, moradores de periferias. "Os estereótipos negativos associados à juventude e à pobreza e, junto com eles, o racismo, fazem com que não se dê a resposta adequada e necessária ao fato estar-

recedor de que cerca de 77% dos jovens assassinados no Brasil sejam negros. Tantas mortes de jovens negros que vivem em favelas e periferias terminam sendo banalizadas e naturalizadas. É como se a vida de um jovem negro valesse menos do que a de um jovem branco, morador de áreas mais nobres da cidade", destaca.

Homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h. Este é o perfil dos indivíduos com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no país, de acordo com o *Atlas da Violência* – os dados serão atualizados em junho. Em 2017, quase 36 mil jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos dez anos.

Foto: Redes sociais/ Reprodução



No Brasil, assusta a apatia diante do massacre de jovens e crianças negras, como João Pedro (foto), 14 anos, a mais recente vítima da PM carioca



CAINELLI
ADVOGADOS

ATENDIMENTO JURÍDICO

TRABALHISTA - PREVIDENCIÁRIO - CÍVEL

AGENDAMENTOS - CONSULTAS ONLINE
WHATSAPP (51) 98060-3579
TELEFONE (51) 3237-2791



“Temos um grileiro de terras na presidência da República”



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Victor Moriyama / Greenpeace

por Flávio Ilha

Desde março de 2020 ocupando o posto de secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de entidades ambientais empenhada em formular diretrizes para as políticas ambientais no país, o ambientalista Márcio Astrini aprendeu a importância de radicalizar o discurso quando coordenou, por 13 anos, as campanhas de clima e de Amazônia no Greenpeace. Formado em Gestão Pública, o capixaba Astrini é um crítico contumaz do que chama de “agenda antiambiental” do governo e um desafeto do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de quem costuma pedir a prisão. Um dos líderes do movimento dos *caras-pintadas*, que em 1992 fez campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor, nesta entrevista Astrini comenta os índices alarmantes de desmatamento da Amazônia detectados em abril, compara grileiros a milicianos e denuncia que o crime está sendo oficializado na região. “Não resta dúvida que há uma clara simpatia do presidente por esse tipo de comportamento. Eles (os criminosos) estão extremamente confiantes. Estão mostrando quem é que manda agora na Amazônia”.

Extra Classe – Os dados de abril do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) acenderam um alerta para o aumento assombroso do desmatamento da região nos últimos meses. Qual é a perspectiva até o fechamento dos dados anualizados?

Márcio Astrini – O que podemos dizer desses dados do Imazon, que são muito confiáveis, embora não sejam oficiais, é que existe uma forte tendência de alta no desmatamento. Desde agosto de 2019 até agora (maio), o acumulado mostra um aumento de 90% na área devastada. No fechamento dos dados oficiais pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em julho, teremos um índice muito superior em relação ao ano passado. Ainda não sabemos quanto. Agora, mais importante que saber quanto é esse muito, é saber que existe, de fato, uma tendência de alta fortíssima.

EC – Estamos falando de que área, exatamente?

Astrini – Neste momento estimamos uma alta no desmatamento da Amazônia, em relação a 2019, superior a 50%. A gente trabalha com a possibilidade de uma área destruída de aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados contra os 10 mil quilômetros quadrados do ano passado. É uma área equivalente a dez cidades do tamanho de São Paulo. E os próximos meses são decisivos, pois o período de seca eleva ainda mais os índices de destruição. É possível que fique acima da nossa avaliação preliminar, infelizmente.

EC – Esses dados estão sendo confirmados nas operações em solo?

Astrini – Com certeza. O que se enxerga no campo é até pior do que mostram os satélites. No campo há uma situação inédita: o crime ambiental está tomando conta da região amazônica, está sendo oficializado como prática de exploração. O criminoso ambiental sempre existiu, mas agia à margem da lei, se escondendo das agências de fiscalização, da polícia. Neste momento, porém, existe um empoderamento do crime em

que o criminoso passou a ter um comportamento de que ele está certo e que quem defende a lei, os agentes do Estado, estão errados. E não há outra explicação para isso a não ser o discurso sistemático do presidente da República contra a preservação ambiental.

EC – O presidente Bolsonaro, na sua opinião, é avalista desses crimes ambientais?

Astrini – Sim, é isso que estou afirmando. Costumo fazer o seguinte paralelo: o grileiro de terras, na Amazônia, é equivalente ao miliciano dos centros urbanos. E há, não resta dúvida, uma clara simpatia do presidente por esse tipo de comportamento criminoso, seja das milícias, seja dos grileiros. Eles (os criminosos) estão extremamente confiantes, a ponto de fazerem emboscadas para agentes do Ibama. Emboscadas. Eles estão mostrando quem é que manda agora na Amazônia. Se fizermos uma retrospectiva, tanto do presidente Bolsonaro quanto do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, veremos que os dois já criticaram as ONGs, criticaram os índios, os fundos internacionais, o presidente do Inpe, os agentes do Ibama, os agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a legislação ambiental e florestal, até os satélites.

EC – As críticas são sistemáticas.

Astrini – Mas nunca, veja bem, nunca fizeram críticas a um madeireiro ilegal. Muito pelo contrário. Na ação mais recente do Ibama, para desmantelar garimpo ilegal e um esquema de grilagem de terra indígena, os coordenadores da operação foram demitidos no dia seguinte. Outro dado: em abril de 2019, o presidente desautorizou uma ação do Ibama dentro da *flona* (floresta nacional) do Jamari (Rondônia), onde há uma concessão estatal para extração de madeira, que pretendia justamente proteger a empresa concessionária da ação de madeireiros ilegais. Para Bolsonaro, o madeireiro ilegal tem tanto direito de trabalhar quanto um sujeito que ganhou uma licitação. É uma visão de mundo de miliciano.

EC – Quem financia essas ações criminosas?

Astrini – Sabemos alguns nomes, pessoas que moram em bairros nobres de São Paulo, Brasília Rio. São verdadeiras máfias de grilagem de terras e de operações garimpeiras dentro de áreas protegidas. Máfias porque os investimentos são vultosos.

EC – É possível quantificar esses valores?

Astrini – Uma operação dessas pode custar de R\$ 20 milhões a R\$ 30 milhões só de maquinário. Fora toda a logística. Não são pequenos agricultores, não são exploradores comunitários que devastam a Amazônia. São grandes empresários. O sujeito podia estar abrindo uma franquía da Copenhagen em um shopping (alusão às denúncias de lavagem de dinheiro contra um dos filhos de Bolsonaro), mas prefere gastar essas dezenas de milhões de reais para fazer garimpo na Amazônia porque confia no retorno. É um capital que tem uma ligação muito estreita com projetos que tramitam no Congresso, como o PL da Grilagem. Tudo está interligado.

EC – De que forma?

Astrini – O grileiro de terras incorre em dois passivos quando age: primeiro o passivo jurídico, porque está cometendo um crime; segundo, o passivo financeiro, de ordem econômica, porque ele não sabe se vai ter retorno. Então, quando uma medida de abrangimento da legislação, como o projeto de lei que regulamenta a compra de terras públicas em tramitação no Congresso (o PL da Grilagem), é aprovado, você transforma esses dois passivos em ativos. Termina com a insegurança jurídica e, conseqüentemente, garante o retorno financeiro. É um prêmio ao crime.

EC – Além do PL da Grilagem, em fevereiro o presidente também encaminhou ao Congresso projeto que regulamenta o garimpo em terras indígenas. A situação tende a se agravar nesses locais?

Astrini – Já se agravou. O garimpo em terra indígena está crescendo porque os operadores rece-

beram a mensagem explícita de que não terão mais a destruição de suas máquinas pelos agentes da lei. O garimpo é ainda mais grave que a grilagem porque não precisa de atos de legalização, do título da terra, para realizar lucro. Só precisa que o governo, que os órgãos ambientais, não destruam o maquinário. E é isso que está acontecendo: pode ter batido do Ibama, da PF, do Exército, o que quiser. Se tiver a garantia de que não vão destruir o maquinário, tudo bem. A operação, em algum momento, terá um custo-benefício positivo. A política do governo é muito clara: transformar o risco do crime em realização monetária e jurídica.

EC – É uma espécie de lavagem de dinheiro?

Astrini – Exatamente. Essas dinâmicas criminosas existem na Amazônia há muito tempo, já falamos disso. Mas você sempre tinha o crime atuando e a floresta sendo defendida. Agora o crime continua atuando, a floresta não está sendo defendida e o Estado brasileiro, ainda por cima, impulsiona os criminosos. É uma situação inédita, nunca vimos isso.

EC – O ministro Ricardo Salles, na reunião ministerial de 22 de abril, foi flagrado defendendo a pandemia de coronavírus como oportunidade para aprovar medidas contra a legislação ambiental. Qual a posição do Observatório do Clima?

Astrini – O que vimos na reunião foi um ministro de Estado conclamando o presidente e seus colegas a se aproveitar de um momento de pandemia, no qual milhares de pessoas estão morrendo, para destruir a legislação ambiental brasileira. É uma frase que precisa ser analisada pelo Congresso, pelo Supremo Tribunal Federal. O que a gente espera é que um sujeito desses tenha pelo menos seu afastamento do cargo pedido pelas autoridades que mencionei. Ou até preso.

EC – Qual a perspectiva diante desses dados preliminares do Imazon?

Astrini – É de uma explosão do desmatamento no curto prazo. De

se perder o controle, exatamente como acontece nos territórios urbanos conquistados pelos milicianos: o Estado perde a capacidade de ação nessas regiões. Um desastre.

EC – Há risco de dano econômico devido à piora nos índices de desmatamento?

Astrini – Já estamos vendo um movimento de boicote de alguns países da União Europeia, também ligado à tramitação do PL da Grilagem no Congresso. Quando há desmatamento, mas há também esforço do governo para controlar esse processo, resta algum nível de governança. Mas quando o desmatamento sobe e esse sistema de controle é colocado sob estresse, os agentes econômicos ficam mais atentos para evitar a contaminação de suas marcas. O que está acontecendo é que o Estado brasileiro saiu da equação do controle. Em alguns casos, está até atuando na promoção do desmatamento. Então, essas cadeias internacionais estão ficando sem nenhuma garantia em relação a produtos ambientalmente limpos. Essa relação entre desmatamento e atividade econômica, que era um pouco distante, foi ficando estreita ao longo dos anos e hoje é quase uma simbiose. Se o desmatamento bater em 15 mil quilômetros quadrados mesmo e continuar subindo, esse boicote vai se intensificar.

EC – Estamos caminhando para a irreversibilidade da floresta?

Astrini – Existem vários estudos sobre o que chamamos de *keeping-point*, ou ponto de não retorno, onde independentemente da ação humana a floresta vai perdendo suas características, até acabar. O estudo mais recente menciona uma taxa entre 20% e 25% de devastação como esse *keeping-point*, outros elevam para um intervalo entre 27% e 38%, então não há um consenso entre os cientistas. Se o estudo de 20% estiver correto, isso significa que estamos muito próximos de atingir esse ponto, pois cerca de 19% do território da Amazônia já

foram destruídos. Estudos localizados, inclusive, apontam que em algumas regiões extremamente castigadas pelo desmatamento, e nas suas bordas, a floresta perdeu a capacidade de retenção de umidade e de temperatura.

EC – Onde isso ocorre?

Astrini – O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) fez alguns estudos na bacia do rio Xingu, no Mato Grosso e no Pará. Nessas áreas de fronteira entre floresta e áreas agrícolas, que deveria ser uma espécie de amortecimento climático, a variação de temperatura já chega a ser de 8 graus. É um absurdo. Dá um panorama muito preciso de como será esse efeito quando houver o empobrecimento da floresta em larga escala.

EC – Quando houver ou se houver?

Astrini – Se continuarmos com essas políticas de incentivo a desmatamento, a garimpo, à grilagem, o que podemos ter no fim desse ciclo de governo Bolsonaro é o início do fim da Amazônia. Não tenho dúvida. Com essa política, caminhamos para isso: o início do fim de 30 anos de construção de política ambiental, não só em termos legislativos, mas também em termos de capacidade de operação do Ibama, do ICMBio, de gerar economia com a floresta em pé, que é o caso das concessões florestais e dos sistemas extrativistas e cooperativistas que existem. O fim dos órgãos de fiscalização e de controle, a ponto de não se conseguir mais reverter isso. A política do governo é claramente de desconstrução do que deu certo contra o desmatamento.

EC – Como foi possível reduzir tanto os índices nos últimos anos?

Astrini – Há três situações especiais que levaram à diminuição do desmatamento na Amazônia entre 2004 a 2014, uma redução que chegou a 78% mesmo com aumento da atividade agrícola no país e, inclusive, de pastagens na região: mais capacidade de punição legislativa, com a melhoria do

nosso aparato legal; mais capacidade de intervenção do Estado e de aplicação dessas políticas, com a capacitação do Ibama, com a criação do ICMBio, com a inclusão do Incri; e a mensagem oficial, quando o Estado passa à sociedade, aos mercados, o recado de que o desmatamento não será tolerado. Do ponto de vista moral, legal, econômico. O governo está desfazendo todos esses três pilares de forma sistemática, principalmente o último. A mensagem que passa é de que há um grileiro na presidência da República.

EC – Além dos PLs da Grilagem e do Garimpo, que outros projetos ameaçam o aparato legal de preservação?

Astrini – Outras medidas que nos preocupam são a abertura da venda de terras para estrangeiros, a possibilidade do cultivo da cana na Amazônia, porque é uma devoradora de terras, embora o setor ainda não tenha se mostrado muito disposto a investir lá, e as alterações no Código Florestal. Tem ainda uma tentativa do governo de desfazer, ou pelo menos diminuir, as unidades de conservação federais, o ministro Ricardo Salles já fez esse anúncio, e uma guerra muito intensa contra direitos e territórios indígenas. Isso é declarado. O presidente tem os indígenas como alvo prioritário. A Instrução Normativa número 9, da Funai, permite que se tenha regularização fundiária em áreas indígenas que ainda não foram homologadas, mas que são reconhecidas como tal. E o avanço da mineração industrial: no começo de março, logo depois de Bolsonaro protocolar o projeto de abertura de terras indígenas ao garimpo, o Brasil participou de um congresso de empresas mineradoras no Canadá onde tinha um evento chamado *Brazilian Day*. A mensagem foi para que as empresas acreditassem no governo porque a mineração seria liberada em terras indígenas, ou seja, para já considerarem nos seus investimentos futuros. Esse setor é, provavelmente, o que mais faz pressão para a abertura.

EC – O Congresso tem como barrar esses projetos destrutivos?



“Não são pequenos agricultores, não são exploradores comunitários que devastam a Amazônia (...). É um capital que tem uma ligação muito estreita com projetos que tramitam no Congresso, como o PL da Grilagem”

Astrini – Só existe um caminho: não votar. A partir do momento que colocar em votação, dentro do plenário os interesses políticos e econômicos se aglutinam e dificilmente conseguiremos derrotá-los. Então, colocá-los em votação é um risco extremo. A melhor chance é mostrar os prejuízos para a economia brasileira, como está ocorrendo com a questão da regularização fundiária de terras públicas. O mercado europeu anunciou boicotes em caso de aprovação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), já disse que não vota na sua gestão, pelo menos no tocante ao garimpo em terras indígenas. Na questão da grilagem, estamos tentando convencê-lo de que é um risco para o país. Mas o mandato do Maia termina no início do ano que vem. Qual será a postura do novo presidente? Se perdermos o Congresso, perderemos qualquer possibilidade de frear a destruição.

EC – Em uma palavra, como o senhor se define neste momento em relação à Amazônia?

Astrini – Em pânico.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

As balas de prata de Bolsonaro contra a democracia brasileira

Balas de prata só fazem efeito em um Estado Democrático de Direito, o que é cada vez mais discutível no caso do Brasil

Foto: Mayke ToscanoGeom-MT



O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, liberou o vídeo da reunião ministerial do governo Bolsonaro realizada no dia 22 de abril, no contexto do processo envolvendo as acusações trocadas entre o presidente da República e o ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, sobre interferências na Polícia Federal. A divulgação do vídeo se deu de modo fragmentado e sem seguir, necessariamente, a linha temporal da reunião e dos assuntos tratados na mesma. Isso dificultou um pouco a percepção do “conjunto da obra” e levou muita gente a afirmar que, no fim das contas, a reunião não teria trazido a “bala de prata” capaz de fazer um grande estrago na imagem de Bolsonaro.

Levando em conta a conjuntura política que vive o país, não parece ser uma questão pertinente se o vídeo tinha ou não uma “bala de prata” contra Jair Bolsonaro, até porque balas de prata só são “balas de prata” em um Estado Democrático de Direito, o que é cada vez mais discutível no caso do Brasil.

No vídeo, pudemos ver o presidente, um dia antes de demitir o superintendente da Polícia Fede-

ral, afirmar: “Eu não posso ser surpreendido com informações. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. Eu vou interferir sim...” E mais: “o serviço de informações (do governo) é uma vergonha. O meu serviço particular (de informação) funciona”. Ficamos sabendo, assim, que o presidente da República tem um serviço de informação particular. Tudo isso para não falar do “detalhe” de que uma reunião ministerial, no momento em que milhares de brasileiros e brasileiras estão morrendo de Covid-19, simplesmente não tratou da dor e sofrimento que atravessam milhares de famílias brasileiras. Essa seria, aliás, em uma sociedade civilizada e democrática, a verdadeira bala de prata desse vídeo. Uma bala de prata, porém, desferida contra a própria população do país, com a cumplicidade e participação direta das Forças Armadas que, em tese, deveriam zelar pela segurança de seu povo.

Mas essa não foi a única bala de prata desferida contra a sociedade brasileira naquela reunião. Tivemos o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, convocando um esforço de seus colegas para aproveitar o momento de tranquilidade na mídia, “só preo-

cupada com a pandemia”, para fazer “passar a boiada” em termos de desregulamentação da legislação ambiental. Relembrando as palavras do ministro:

“Nós temos a possibilidade, neste momento em que a atenção da imprensa está voltada quase exclusivamente para o Covid (...), a oportunidade que temos já que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas essas reformas que dão segurança jurídica, previsibilidade. É preciso ter um esforço nosso, enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, que só fala de Covid, e ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento”.

Tivemos também o ministro da Educação, Abraham Weintraub, dizendo que odeia a expressão “povos indígenas”, e a ministra da Família, Damare Alves, mostrando-se espantada com o número de ciganos que existe no Brasil e com as crianças que estão nascendo em territórios quilombolas.

Entre a “boiada” que Ricardo Salles quer fazer atravessar a porteira merece atenção especial o

Projeto de Lei 2633/2020, que veio em substituição à Medida Provisória 910, que ficou conhecida como MP da Grilagem. Diante da forte reação social que barrou a MP, o PL veio com uma nova roupagem. Na MP era evidente que o foco de interesse do governo era a regularização do desmatamento, especialmente na Amazônia, da criação de gado e plantio de soja em áreas públicas, especialmente em terras indígenas e terras quilombolas ainda não regularizadas.

A nova roupagem, apresentada no PL 2633, consiste em afirmar que ela vai beneficiar pequenos posseiros, que não conseguem financiamento para produzir porque não tem título da terra. Na verdade, a perspectiva é que os títulos regularizados desses pequenos posseiros sejam transferidos para grandes proprietários, que são também grandes desmatadores da Amazônia. Em 2019, cabe lembrar, segundo levantamento do Mapbiomas, uma articulação de universidades, ONGs e empresas de tecnologia, 99% do desmatamento feito no Brasil foi ilegal. Quantas balas de prata mais serão necessárias para matar a democracia e a liberdade no Brasil?



Foto: Alexandre Macielar/Riotur

Conforme o IBGE, 40% dos domicílios não possuem banda larga e muitas vezes o acesso à internet se dá apenas por celular, situação comum em comunidades com populações de baixa renda nos grandes centros, como a Rocinha, no Rio de Janeiro

Desigualdade expõe limites da EaD

por César Fraga

No último dia 21 de maio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) publicou um levantamento nacional sobre a Educação a Distância na educação básica pública e emitiu uma nota técnica com uma série de informações sobre a situação real do setor, bem como sobre o quanto as desigualdades sociais limitam o uso de ensino remoto e educação a distância. Na prática, onde falta saneamento e a presença do Estado é precária no atendimento de saúde e segurança, a internet de banda larga, indispensável a essas modalidades, também não chega ou chega sem a qualidade necessária

O doutor em Educação Gaudêncio Frigotto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana explica por que no Brasil, diferente do que os meios de comunicação apregoam, o tão chamado salto de cinco anos em seis meses para a expansão da EaD ainda é uma falácia. No país, existem 12 milhões de analfabetos absolutos. São 38 milhões de alfabetizados funcionalmente (pessoas que apenas escrevem o próprio nome), e 47% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, na maioria absoluta são mulheres pobres com muitos filhos. “Então, se as Secretarias de Educação estaduais e municipais legitimarem como aula dada uma aula remota, neste contexto, isso acaba sendo mais uma violência contra os pobres. Porque, em se tratando de Brasil, isso exclui 60% a 70% das crianças”.

Levantamentos realizados no estado de São Paulo, por exemplo, já apontam que mesmo nas famílias com acesso à tecnologia, a frequência às aulas remotas é inferior a 30%. No Rio Grande do

Sul, a rede pública recorreu à distribuição de atividades de forma remota, e nossa reportagem já expôs os limites na edição anterior, em que famílias e estudantes muitas vezes não tinham nem mesmo como imprimir as atividades. O estado passou a transmitir teleaulas utilizando a estrutura da TVE.

“A interação entre os estudantes e entre aluno e professor segue sendo insubstituível. É aquilo que a gente sabe. Não estamos tendo interação porque a tecnologia tem esse limite. Não há acesso rápido aos orientadores e falta a estrutura física da instituição, que é o ambiente propício para a educação, que são a biblioteca, o laboratório. O virtual não supre. A desmotivação é muito grande. E tem muitos alunos que estão padecendo nesse processo”, comenta o também doutor em Educação Gabriel Grabowski, membro do Conselho Estadual de Educação (leia entrevista no site).

Segundo Frigotto, outro aspecto diz respeito ao fato de que no país, mesmo a parcela escolarizada com acesso à tecnologia não possui o traquejo para trabalhar com crianças pequenas em casa, “e elas estão detestando”, o que dificulta também a aprendizagem. “Se isso se legitimar, teremos uma ‘geração coronavírus’, que não aprendeu o que deveria aprender, é o que afirma o educador Luiz Carlos Freitas, e eu concordo”.

Em referência ao parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que autoriza EaD e aulas remotas durante a pandemia, Frigotto destaca que não é uma normatização. “Reconhece, mas não obriga as aulas remotas e pede que as aulas sejam repostas. “Se a gente estivesse no Uruguai, onde as telecomunicações são públicas e a internet chega nas escolas e nas famílias, ter-se-ia até possibilidade de usar algumas ferramentas, mas não como escolarização”. No Brasil, ele explica, 62 milhões são os chamados invisíveis, desbancarizados, a quem o Estado teve dificuldades de fazer chegar o auxílio da renda básica por conta da pandemia. “Imagina quantas pessoas na TV dizem que não conseguem entrar no site do governo para fazer o cadastro porque o celular é antigo, outro não tem dinheiro para colocar

créditos. Com computador e celular já é difícil, imagina com essas mídias e precariedades”.

Frigotto alerta que pais e pro-

fessores deveriam dar uma atenção mais crítica a essa “panaceia” anunciada nos meios de comunicação que se faz sobre o uso da

tecnologia no ensino, seja educação por meio remoto ou EaD. “Primeiro, que os pais não são professores. Eles podem ser apenas edu-

cadores, o que já coloca em xeque também o *home schooling*, uma modalidade defendida por setores ultraconservadores da sociedade”.

Estudo aponta gargalos tecnológicos

No estudo realizado pela CNTE, os dados foram obtidos graças à capilarização nacional de suas 52 entidades filiadas de todo o Brasil para colher informações. O levantamento indica a completa suspensão das aulas nas escolas da educação básica pública para reduzir os efeitos da interrupção das aulas nesse período de quarentena e também em decorrência das pressões advindas do mercado privado de educação do país. Com isso, muitas redes públicas de ensino estão recorrendo à oferta de EaD, aqui considerada como toda forma de educação não presencial.

Em diagnóstico preliminar, confirma a realidade educacional dos dados de desigualdade e que resultam diretamente na infraestrutura de acesso às redes de internet nas escolas brasileiras. Com base em dados obtidos a partir da Pnad 2018, pesquisa amostral de domicílios do Ibge, o laboratório de dados e narrativas da Favela da Maré, no Rio de Janeiro, (*Data_Labe*) revelou em publicação recente que o Brasil tem cerca de 40% de domicílios que não possuem banda larga fixa, com acentuada desigualdade entre as regiões do país (tabela 01).

TABELA 01
Domicílios que possuem Banda Larga Fixa, por região geográfica - 2020

-----	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	BRASIL
Domicílios que possuem Banda Larga de internet fixa	65,8%	63,6%	62,3%	53,8%	38,5%	60,1%

Elaboração própria.
Fonte: Data_Lab, a partir de dados da Pnad 2018.

A cobertura de acesso à internet no Brasil cai ainda mais quando a pesquisa indica o número de pessoas que a ela tem acesso somente pelo celular, atingindo o patamar de 45,5%, (tabela 02).

TABELA 02
Pessoas que acessam a Internet somente pelo celular, por região geográfica - 2020

-----	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	BRASIL
Pessoas que acessam a Internet somente pelo celular	39,5%	36,8%	45,8%	57,6%	65,7%	45,5%

Elaboração própria.
Fonte: Data_Lab, a partir de dados da Pnad 2018.

Apesar desse quadro de tamanha desigualdade, o levantamento da CNTE, a partir da autodeclaração das entidades afiliadas e dados consolidados no último dia 14 de maio, demonstra que a grande maioria das redes públicas de ensino do país está recorrendo às aulas remotas nesse momento de pandemia de Covid-19 (gráfico 01).

A imposição das aulas remotas pelas redes públicas de ensino, em grande e expressiva maioria dos casos, não se deu a partir de processos negociais de diálogo com a comunidade esco-

lar e tampouco com os sindicatos. Chama a atenção que cerca de dois terços da normatização do recurso à EaD nas redes de ensino sequer passaram pelos Conselhos de Educação (gráfico 02).

A educação remota nas redes públicas do país ainda não encontra previsão legal ou qualquer regulamentação normativa no que se refere ao aproveitamento dessa modalidade de ensino na contabilização como dias letivos efetivamente cumpridos no calendário escolar.

Quando somados os casos em que não há previsão legal junto com aqueles que ainda se encontram em debate, percebe-se que mais de 60% das redes ainda não contam com esse anteparo legal para considerar essas atividades remotas como dias letivos (gráfico 03).

Chama a atenção o recurso às aulas remotas e atividades não presenciais na etapa da Educação Infantil, atingindo quase 50% das redes públicas de ensino no Brasil, conforme levantamento da CNTE e como se pode verificar no (gráfico 4).

A nota técnica da CNTE conclui que o quadro de imposição de aulas remotas e não presenciais nas redes públicas da educação básica brasileira, feita pelas gestões estaduais, municipais e distrital de educação, além de desconsiderar a equidade no acesso à internet no país e a pactuação junto às entidades sindicais de educadores e comunidade escolar em geral, incorre em outra grave lacuna para a implementação de EaD: a formação para professores no uso de computador e internet no Brasil praticamente inexistente.

Dados obtidos também pelo *Data_Labe*, a partir de informações do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (*cetic.br*), indicam que 58% das escolas em áreas urbanas no Brasil nunca ofereceram formação a nenhum de seus docentes.

GRÁFICO 02
Forma de regulamentação das aulas virtuais

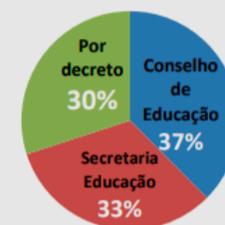


GRÁFICO 03
Previsão Legal para contabilizar as aulas virtuais no calendário escolar?

■ Não ■ Sim ■ Em debate ■ Acredita que seguirão o CNE

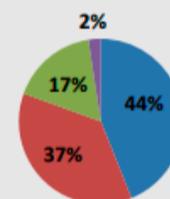
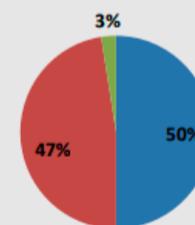


GRÁFICO 04
Aulas virtuais na Educação Infantil e alfabetização

■ Não ■ Sim ■ Em debate



Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS já está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.



vakinha.com.br/professores-solidarios



Saúde, condições de trabalho e calendário em negociação

O Sindicato dos Professores entregou pauta de reivindicações ao Sindicato patronal no final de maio voltada para a proteção da saúde, das condições de trabalho e o calendário letivo para quando forem retomadas as atividades letivas presenciais nas instituições de educação básica e superior do Rio Grande do Sul. As negociações já estão ocorrendo

Foto: PUCRS/ Divulgação



por Valéria Ochôa

Com o anúncio do governo do estado da retomada gradual das atividades letivas presenciais a partir da segunda quinzena de junho, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) fez um levantamento *on-line* junto à categoria da educação básica e superior para identificar quais as principais preocupações em relação à saúde, às condições de trabalho e o calendário escolar. A iniciativa recebeu mais de 1,3 mil manifestações. O Sindicato definiu e apresentou uma pauta de reivindicações ao Sinepe/RS (Sindicato patronal) no dia 27 de maio.

Dentre as reivindicações em relação à saúde, estão a autorização para a continuidade do trabalho remoto para os professores que integram o grupo de risco em função da pandemia do novo coronavírus; a contratação pelas instituições de ensino de seguro de vida coletivo para todos os professores, a garantia de fornecimento de EPIs e de manutenção do salário integral aos professores que contraírem a Covid-19,

a constituição de comitês/comissões internas de acompanhamento da saúde dos membros da comunidade escolar e acadêmica, entre outros.

Em relação às definições trabalhistas, os professores reivindicam a garantia das aulas ministradas no formato de trabalho remoto no período de suspensão das atividades presenciais e o controle para evitar que a retomada das atividades presenciais não resulte em ampliação da carga horária de trabalho.

Quanto ao calendário, os professores reivindicam a manutenção das datas, conforme previsão original das instituições de educação superior para o primeiro e segundo semestres letivos.

“O Sindicato está empenhado em garantir o máximo de segurança para os professores na retomada das atividades presenciais e que não haja sobrecarga de trabalho em caso de concomitância das atividades entre aulas presenciais e teletrabalho”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Convenção normatiza recesso e férias na educação básica

A Comissão de negociação Sinpro/RS e Sinepe/RS estabeleceu regramentos para todas as instituições de educação básica do Rio Grande do Sul. Dentre as condições estabelecidas estão: a concessão de duas semanas de recesso, que poderão ser dadas em dois períodos – se uma semana for no segundo semestre, deverá ser do dia 12 ao dia 19 de outubro; férias, contemplando necessariamente o período de 25 de janeiro até 13 de fevereiro de 2021; limite e pagamento de trabalho aos sábados; pagamento das aulas de reforço e recuperação, bem como das horas que extrapolarem a carga horária, entre outros.

“A preocupação é com o trabalho excessivo dos professores que precisaram, para atender aos estudantes em tempo de pandemia, se reinventar, apropriar-se de recursos até então pouco ou não trabalhados na escola

e elaborar muitos instrumentos diversificados. Apesar da diversidade de situações de atendimento aos estudantes nas escolas, temos garantias de dias, em todas as instituições, para o merecido descanso dos professores”.

CONVENÇÕES E ACORDO PLÚRIMO – Com a suspensão das negociações, iniciadas em março, para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) da educação básica, Sinpro/RS e Sinepe acordaram a prorrogação da CCT de 2019 até final de junho. A expectativa é que as negociações sejam em junho. Na educação superior, os sindicatos retomaram a negociação com vistas à renovação da CCT.

Também foi prorrogado até o final de junho o Acordo Coletivo Plúrimo, que regulamenta o salário e as condições de trabalho das instituições comunitárias de educação superior.

Justiça determina à Ulbra retomada do pagamento das verbas rescisórias

A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) deu provimento ao recurso do Sinpro/RS e demais sindicatos de funcionários técnico-administrativos para que a Aelbra, mantenedora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) no RS, cumpra Acordo Coletivo para o pagamento das verbas rescisórias a um grupo de professores e funcionários demitidos em 2019.

Entre os profissionais que foram desligados pela instituição, ainda são cerca de 300 professores abrangidos por esse Acordo.

O Sinpro/RS já obtivera uma decisão liminar favorável no mesmo processo, acatada apenas parcialmente pela Aelbra. O mérito do recurso foi a julgamento virtual na 6ª Turma no dia 28 de maio.

Por unanimidade, os desembargadores determinaram que a Aelbra pague os valores em atraso e passe a depositar em dia as parcelas mensais desse Acordo firmado com o Sinpro/RS, Sintae/RS e Sintep.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Na decisão, o relator, desembargador Niwton Carpes, determinou multa diária de R\$ 1 mil em caso de descumprimento, “sem prejuízo da adoção de outras medidas necessárias para que se faça cumprir a decisão proferida”.

Com um passivo trabalhista de R\$ 492 milhões e dívidas tributárias de R\$ 5,8 bilhões, a Aelbra obteve em dezembro do ano passado a aprovação do pedido de Recuperação Judicial pela mesma 6ª Turma do TJRS. A medida estabelece condições para a recuperação financeira e a manutenção das atividades da Universidade e das escolas de educação básica.

De acordo com a assessoria jurídica do Sinpro/RS, a entidade dos professores do ensino privado definiu pela manifestação crítica ao plano de Recuperação Judicial da Aelbra, uma vez que a instituição está propondo que as verbas rescisórias que ultrapassarem 150 salários mínimos sejam pagas por meio de um fundo imobiliário a ser criado com a estrutura física da Universidade.



Foto: Banco de Dados Ulbra/ Divulgação

Entrada do campus Canoas da Ulbra, uma das instituições mantidas pela Aelbra, que está em processo de Recuperação Judicial

GINÁSTICA LABORAL

Um pouquinho de história

Surgiu em 1926 na Polônia com o nome de ginástica de pausa e na sequência tomou força nos demais países vizinhos. Mas foi no Japão que praticamente se institucionalizou nas empresas, quase de forma obrigatória, visando maior rendimento dos trabalhadores. Daí veio o nome – Ginástica Laboral, pois hoje é feita dentro das empresas, durante a jornada de trabalho.

Seu corpo é a sua casa, logo a empresa é você

Seja em um ambiente corporativo, seja dentro de sua própria casa, a verdade é que estamos o tempo todo realizando inúmeras tarefas, trabalhando. Muito tempo sentado, em pé, em movimentos repetitivos, durante longas horas. Então, quem nunca se sentiu desconfortável, cansado, com baixa concentração, irritadiço, dores nas costas, pernas, ombros...

Apenas pare e faça!

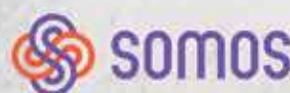
A ciência afirma que fazer breves pausas durante suas tarefas, sejam elas quais forem, e realizar movimentos corporais (alongamentos, ativações entre outros) trazem inúmeros benefícios para o corpo todo e também para seu humor e concentração. E a boa notícia é que bastam alguns minutos para ter esses resultados.



Na PLATAFORMA SOMOS MOVE mostramos a você, com vídeoaulas e muitas dicas, uma forma de ter saúde e bem-estar que entra facilmente em sua rotina diária e realidade.

JUNTOS EM BUSCA DE MUDANÇAS POSITIVAS NO SEU ESTILO DE VIDA! Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do SINPRO RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



Professores Solidários chega a 77% da meta e expande ações

Lançada em abril para viabilizar cestas básicas e alimentos para comunidades vulneráveis do Rio Grande do Sul atingidas pela pandemia, a campanha *Professores Solidários* teve suas ações ampliadas no mês de maio. As cestas básicas ganharam mais um item, máscaras de proteção ao novo coronavírus, e passaram a ser entregues também aos professores que perderam seu emprego ou fonte de renda durante e por razão da pandemia.

A campanha já atingiu 77% da meta de R\$ 30 mil, ou seja, R\$ 23,1 mil com 263 apoiadores e segue recebendo contribuições pelo site *Vakinha On-Line* (www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-solidarios), que é especializado neste tipo de ação.

"Desde o início da arrecadação para a compra de cestas básicas, o Sindicato teve a solidariedade de muitos professores que se sensibilizaram com a falta de condições de comunidades mais carentes", explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Ela explica que, durante o mês de junho, o Sindicato continuará incentivando as doações. "A

ideia é que os professores que estão em situação mais estável possam ajudar aos que estão em uma difícil situação, com redução de carga horária, contratos encerrados ou suspensos ou que não têm como sustentar a família", diz.

DIVULGAÇÃO – Com o objetivo de chegar a um maior número de professores e outros possíveis colaboradores, o Sinpro/RS tem realizado a divulgação da campanha *Professores Solidários* por e-mail e redes sociais. "Nas divulgações, que acontecem em diferentes momentos ao longo das semanas, procuramos retomar as últimas comunidades ou professores atendidos, para incentivarmos novas doações. Os valores são abertos, permitindo desde menores doações em dinheiro até maiores", explica Patricia Carvalho, diretora do Sinpro/RS.

O Sindicato criou ainda um site especial onde os professores podem acompanhar as fotos e informações dos locais onde foram feitas as entregas de cestas básicas, além de mais detalhes sobre a campanha. Para saber mais, acesse www.sinpro.org.br.



Iniciativa dos sindicatos passa a atender também professores que ficaram sem renda devido à pandemia



Cestas básicas, alimentos e EPIs estão chegando às comunidades e pessoas social e economicamente vulneráveis

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Aposentadoria de pessoa com deficiência (parte II)

Este é o fato, e por mais elementar que possa parecer: grande parcela dos segurados da Previdência Social desconhece a aposentadoria da pessoa com deficiência (PCD), mesmo que decorridos mais de sete anos da promulgação da Lei Complementar 142/13 e, por extensão, a sua melhor condição para os que possuam alguma espécie de deficiência.

Fruto de intenso debate e de infinidade ímpar de esforços, o dispositivo legal em pauta estabelece melhores condições de aposentadoria aos deficientes, divididos em diferentes graus, da modalidade leve ao grau mais elevado.

Esta espécie de benefício é isenta da aplicação do fator previdenciário, não exige idade mínima para a sua consecução e, de acordo com o grau referido, exige menos tempo de contribuição para a sua concessão.

Mas o foco momentâneo, vez que o alerta geral sobre o tema já foi disparado, consiste em amparar os professores que tenham sido aposentados após o advento da Lei 142/13, ou seja, a contar de 2013 (8 de maio), sem, contudo, a utilização do referido instrumento legal e suas melhores condições.

Tomemos como exemplo o caso de uma professora com deficiência moderada ao longo de todo o período laborativo e que tenha se aposentado com 30 anos de contribuição, em 2015. Esse benefício, uma vez cumprido o trintídio e sem que a legislação previdenciária exija idade mínima, foi taxado, ao momento do cálculo do valor da renda

mensal inicial da aposentadoria, pelo fator previdenciário, causando prejuízo quanto ao valor final e, ainda, obrigou a segurada a laborar seis anos a mais do que deveria, presente as melhores condições trazidas pela LC 142/13, o direito ao melhor benefício.

A administração, ao defrontar-se com a situação de segurado com deficiência, é obrigada, desde a LC 142/13, a ofertar-lhe o direito ao melhor benefício, mesmo que para tanto seja necessário o esclarecimento e apoio de perícias, tanto a médica quanto a social.

A sonegação a esse direito configura a perda de uma oportunidade, indenizável mediante a constatação do prejuízo causado pelo desrespeito à condição de deficiente, vide Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), e configura infração da maior gravidade, por malferir diversos princípios constitucionais informadores da administração: o da legalidade e o da eficiência, este de forma direta.

Milhares de casos provavelmente estarão vinculados a esta temática, de extrema importância, cabendo aos segurados que tenham sido lesados providenciar os seus pedidos administrativos e/ou judiciais de transformação do benefício, posto que a administração pública muito provavelmente não agirá para reparar tais situações e sabe-se que ao cabo de mais dez anos cessam as possibilidades revisionais, pois neste caso estará operada a decadência, impossibilitando a adoção de qualquer medida reparatória.

Imagens que contam histórias

por Gilson Camargo

Toda fotografia contém sentidos, memórias e as histórias de vida de personagens e espaços fotografados, o que talvez explique a afirmação do filósofo e semiólogo Roland Barthes no livro referencial dos fotógrafos, *A câmara clara* (1980): “as imagens são mais vivas que as pessoas”.

“A fotografia tem uma grande importância na vida de todos, porque carrega a memória social e física da cidade”, confirma a jornalista e mestre em História Fabiana Beltrami. Estudiosa da história da fotografia, Fabiana criou e coordena desde outubro de 2010 o *Grupo da Foto*, coletivo de fotógrafos profissionais, amadores e aficionados por fotografia.

Professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Artes Visuais da Universidade de Passo Fundo (UPF), Fabiana atua em projetos de comunicação sensível na área da Saúde junto ao curso de Medicina e coordena pesquisas em fotografia no contexto histórico do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Ela conta que a ideia de reunir aficionados para conversar e praticar fotografia foi uma reação ao excesso de trabalho que vivia na época.

O interesse pelo assunto, no entanto, foi atraindo leigos e profissionais e o projeto tomou outros rumos, a ponto de popularizar exposições fotográficas, oficinas de fotografia em escolas da rede pública tanto para alunos quanto para professores, cursos e outras atividades. “No começo, éramos sete pessoas e a cada encontro mensal iam surgindo mais interessados, falávamos sobre técnicas, trazíamos convidados e saíamos a fotografar.

Depois vieram as exposições coletivas, participamos de duas edições da *Jornada Nacional de Literatura*, feiras do livro locais, sempre realizando oficinas em escolas, para grupos interessados, e exposições em vários espaços, como cafés e até em coletivos urbanos, que até então eram muito restritas ao museu local”, relata.

“O grupo deu um incentivo para a fotografia ser desenvolvida e fazer parte da cultura da cidade nestes dez anos. Tem gente que entrou com 14 anos e acabou se formando e trabalhando com cinema, pessoas de todas as idades e profissões e aqueles que absorvem todo o conhecimento no grupo e depois seguem carreira como fotógrafos profissionais. Todos passam a ver a fotografia de formas diferentes, porque é algo importante na vida de todos. Para mim, é uma filosofia de vida”, conclui.



Fotos: Grupo da Foto/Divulgação



A jornalista e mestre em História Fabiana Beltrami criou em 2010 o *Grupo da Foto*, coletivo de profissionais, amadores e aficionados que popularizou a fotografia em Passo Fundo

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Rogério Leandro de Lima da Silveira, Grazielle Betina Brandt e Ângela Felippi

Professores do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)

A comunicação científica e a pandemia

A comunicação tem papel vital nas democracias. Nesse momento de crise sanitária política e econômica que vivenciamos, a sociedade tende a se contaminar com informações distorcidas e propagar com significativa facilidade muitas *fake news*. A pandemia evidencia que o estado do obscurantismo consolida as *fake news* como prática informativa contemporânea. O resultado é que a desinformação e o descrédito na ciência têm orientado muitas das tomadas de decisões nas esferas social, política e econômica das democracias contemporâneas.

De outro lado, temos observado que muitos países afetados pela expansão da Covid-19 têm se voltado para as universidades e centros científicos em busca de soluções não só sanitárias, bem como para dar conta dos problemas sociais e econômicos decorrentes da crise. Movimento esse que tem sido valorizado pela mídia, (r)estabelecendo sua função primordial de subsidiar os cidadãos com informações que resultem em conhecimento amplo sobre a realidade complexa. Esta inter-relação entre a produção e a difusão do conhecimento científico – especialmente em tempos de crise – precisa ser fortalecida.

Com este intuito, a Universidade de Santa Cruz do Sul, por meio do Observatório do Desenvolvimento Regional, vem realizando desde abril a análise e divulgação de um conjunto de dados socioespaciais sobre a região do Vale do Rio Pardo e sobre o Rio Grande do Sul, a partir de dados secundários do IBGE, Datasus e prefeituras. A proposta objetiva oferecer análises por meio de mapas temáticos e notas técnicas sobre variáveis sociais, demográficas, de infraestrutura e saúde da população e domicílios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, sobre a região do Vale do Rio Pardo e do Rio Grande do Sul. As ações são realizadas por uma equipe interdisciplinar de professores e estudantes de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional e de graduação da Unisc, e parceiros como a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos e Secretarias de Planejamento de Venâncio Aires e de Santa Cruz do Sul e o Corede Vale do Rio Pardo, de forma colaborativa, voluntária e em rede. São análises situacionais para subsidiar os gestores públicos nas decisões sobre a pandemia e informar a sociedade sobre a realidade.

Vale ressaltar que não existe ciência sem comunicação. O rico material cartográfico e textual que vem sendo desenvolvido está disponível para consulta no portal do *ObservaDR* (www.observa.org.br). Além do portal, os dados têm sido divulgados sistematicamente para a imprensa e sociedade por meio das redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*. São estratégias de expandir o conhecimento científico produzido numa Universidade comunitária comprometida com sua realidade.



Fotos: Redes Sociais/ Reprodução

Ex-servidora e protegida de Damarens, a militante neonazista Sara Winter é a estrela dos grupos paramilitares que gravitam em torno do presidente. Ela e Jefferson, aliado de última hora de Bolsonaro, são investigados pelo STF junto com parlamentares do PSL

Aliança entre governo e radicais de direita ameaça democracia

por Flávio Ilha

A atuação dos 300 do Brasil é a face mais visível, mas não a única, do aumento exponencial de manifestações de cunho autoritário, paramilitar e francamente fascistas no Brasil pós-Bolsonaro. Desde a eleição, uma militância furiosa, armada e fora de controle gravita em torno do capitão reformado, disseminando um discurso de ódio e manifestações de racismo, xenofobia, crimes contra a vida e intolerância religiosa – além de apologia ao nazismo

O episódio ocorreu na quarta-feira, 13 de maio, na saída matinal do presidente do Palácio da Alvorada – residência oficial de Jair Bolsonaro: um grupo de dez acampados da milícia autodenominada *300 do Brasil*, que defende o fechamento do Congresso e do STF e a implantação de um regime militarizado no país, entoou durante um minuto palavras de ordem contra o regime democrático, sob o olhar complacente do capitão reformado. “Eu já falei, vou repetir, é Bolsonaro quem manda aqui” era o mantra do grupo, cantado em clima de comemoração. A militante neonazista Sara Winter liderou o ato de insubordinação.

Bolsonaro, aliás, não se limitou a observar o grupo, classificado

como “milícia armada” pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) e alvo de ações judiciais de cunho criminal: cumprimentou a ativista e a chamou pelo nome. Sara, que se apresenta como líder e porta-voz do grupo, conversou com o presidente. Os dois estiveram juntos na campanha eleitoral de 2018. “Obrigada por tudo! Por fazer isso em apoio ao senhor, pais e mães de família estão agora sendo investigados”, vociferou a ex-servidora do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

No mesmo dia, o MPDF ingressou com uma ação judicial solicitando busca e apreensão de armamento irregular no acampamento. A recomendação de que a Polícia Militar desmontasse o lo-

cal para resguardar a segurança pública foi negada pelo juiz Paulo Afonso Chavichioli Carmona, da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF. Alegou “direito de reunião e manifestação no espaço público” – embora a Constituição, no artigo 5º, proíba associações de caráter paramilitar.

A atuação dos *300 do Brasil* é a face mais visível, mas não a única, do aumento exponencial de manifestações de cunho autoritário, paramilitar e francamente fascistas no Brasil pós-Bolsonaro. Ex-militante feminista, Sara Winter – cujo nome verdadeiro é Sara Fernanda Giromini – tem 130 mil seguidores no *Twitter* e mais de 250 mil no seu canal de *Youtube* e simpatias declaradas pelo nazismo, a ponto de ter tatuada, no

ombro esquerdo, uma cruz de ferro, símbolo frequentemente associado a Hitler. Seu nome de guerra é uma homenagem à militante fascista de origem inglesa Sarah Winter, que ajudou a criar a União Britânica de Fascistas nos anos 1940.

Sara apresenta o grupo como “o exército” de Bolsonaro na luta “pelo fim do comunismo” e contra a corrupção. “Estamos com o senhor para o que der e vier”, concluiu. O presidente respondeu: “Minha base é (sic) vocês”. No sábado 30 de maio, à noite, Sara mobilizou duas dezenas de militantes para marchar com tochas e máscaras em frente à sede do STF, numa alusão clara aos métodos da organização racista norte-americana Ku Klux Klan.

Patologia social

A antropóloga Adriana Dias, que estuda manifestações da extrema-direita no Brasil há 20 anos, pondera que há uma clara relação entre a eleição de Bolsonaro e o crescimento do discurso de ódio no país, que inclui uma gama de manifestações de racismo, xenofobia, crimes contra a vida e intolerância religiosa – além de apologia ao nazismo. Durante a eleição de 2018, de acordo com o levantamento da SaferNet, as denúncias de crimes cibernéticos envolvendo manifestações neonazistas cresceram cinco vezes entre o primeiro e o segundo turnos, em outubro.

Nos últimos 12 meses, segundo a mesma fonte, o panorama se repetiu: entre abril do ano passado e abril de 2020, o aumento no número de alertas à ONG sobre manifestações neonazistas na internet passou de 87 denúncias para 307 – uma alta de 253%. Adriana Dias acredita que há uma perigosa tolerância com essas ações, que estão tipificadas criminalmente tanto na Constituição quanto no Código Penal.

“Geralmente as pessoas classificam essas mensagens como coisa de crianças, como bravatas. Está na hora de parar de brincar com essas manifestações, que mostram um grau excessivo de patologia social. Estamos mansos demais com esses neonazistas”, afirma a pesquisadora. O pre-

sidente da SaferNet, uma ONG que desde 2005 recebe denúncias de crimes cibernéticos, concorda: “Geralmente essas atividades não se encerram numa postagem”, adverte Thiago Tavares.

A eleição de Bolsonaro atizou e, de certa forma, aglutinou uma direita extremada, que flerta com o neonazismo, em torno da figura presidencial. A antropóloga, que no seu trabalho de pesquisa detectou 334 grupos neonazistas em atuação no Brasil no final de 2019, diz que o crescimento dessas manifestações é assustador. “O problema é que o limite vem subindo na mesma velocidade. O que antes era imoral, hoje vai se tornando palatável para uma camada social que se sente reprimida em seus direitos”, constata Adriana.

O delegado Leonel Radde, que tem se especializado em estudar os grupos de extrema-direita que afloram no país, recomenda que se leve a sério esses movimentos, geralmente tratados como inofensivos. “Pelo contrário: são criminosos que desrespeitam as leis ao exaltar ideologias banidas legalmente e que pregam uma ruptura institucional. Infelizmente, a reação social a esses grupos, que estão se multiplicando com velocidade, tem sido débil demais”, opina.

Antes circunscritas ao anonimato da *deepweb*, essas mensagens

têm cada vez mais usado as redes sociais como principal canal de propagação. Um dos grupos mais ativos já identificados pelos investigadores atua na Região Metropolitana de Porto Alegre. Numa troca de mensagens com amigos no dia 2 de abril, o internauta Wesley Franz se declara anticomunista e diz ter “aliados” por todo o Brasil.

Com outros usuários da rede, menciona que atua para “esmagar os comunas” e informa que passou o nome de um suposto militante antifascista “para o comando”. E adverte: “pede pra gravar” – em caso de agressão ao denunciado. Franz é integrante de uma banda chamada *Oi!diados*, de Canoas, um grupo de *skinhead rock* decla-

radamente anticomunista. Além da radical postura ideológica, outra característica comum dos integrantes da rede é apoiar Bolsonaro incondicionalmente.

Outros usuários que interagem na rede expõem mensagens de ódio à esquerda, postagens de exaltação à violência, contra a ativista Greta Thunberg e também claramente racistas e homofóbicas. Várias mensagens estão fechadas, acessíveis apenas a pessoas autorizadas. Em um dos posts, entretanto, uma mulher posta uma suástica como comentário a uma *selfie* publicada pelo músico. As trocas de mensagens muitas vezes são cifradas. NS, por exemplo, é sigla de nacional socialista,

Foto: Jefferson Rudy/ Agência Senado



Thiago Tavares, da SaferNet: manifestações neonazistas se multiplicaram durante e depois das eleições

ESPECIAL

partido de Adolf Hitler que deu sustentação política ao nazismo.

Os usuários também compartilham conteúdos aparentemente sem nenhuma conotação política, mas que têm vinculação direta com imagens ou discursos nazistas. Boa parte desses internautas, por exemplo, curte a página de uma organização chamada *Tyr Odal Black Order* – a reunião de duas bandas brasileiras de metal “para difusão da gnose primordial dos deuses”. Para quem não sabe, *Tyr* e *Odal* são dois símbolos usados por movimentos neonazistas mundo afora: *Tyr* (ou *Tiwaz rune*) foi adotado pelos nacionalistas da Suécia, enquanto o *Odal* se originou de regimentos SS, especialmente dos bálcãs.

A pesquisadora Adriana Dias destaca que essa é uma estratégia cada vez mais usada pelos grupos para burlar a legislação restritiva. “A Lei 7.716, de 1989, pune com até cinco anos de cadeia a utilização ou difusão dos símbolos mais óbvios do nazismo: a suástica e a cruz gamada. Mas há muitos outros que precisam ser coibidos e que têm a mesma simbologia”, explica.

No trabalho em que identificou as células neonazistas em atuação no Brasil, a pesquisadora sistematiza também pelo menos duas dezenas desses símbolos variantes da suástica. Alguns deles são largamente usados por bandas de metal do Brasil e do exterior e por muitos dos internautas que se situam nesse novo espectro autoritário.

A banda *Oi!diados*, de Cano-

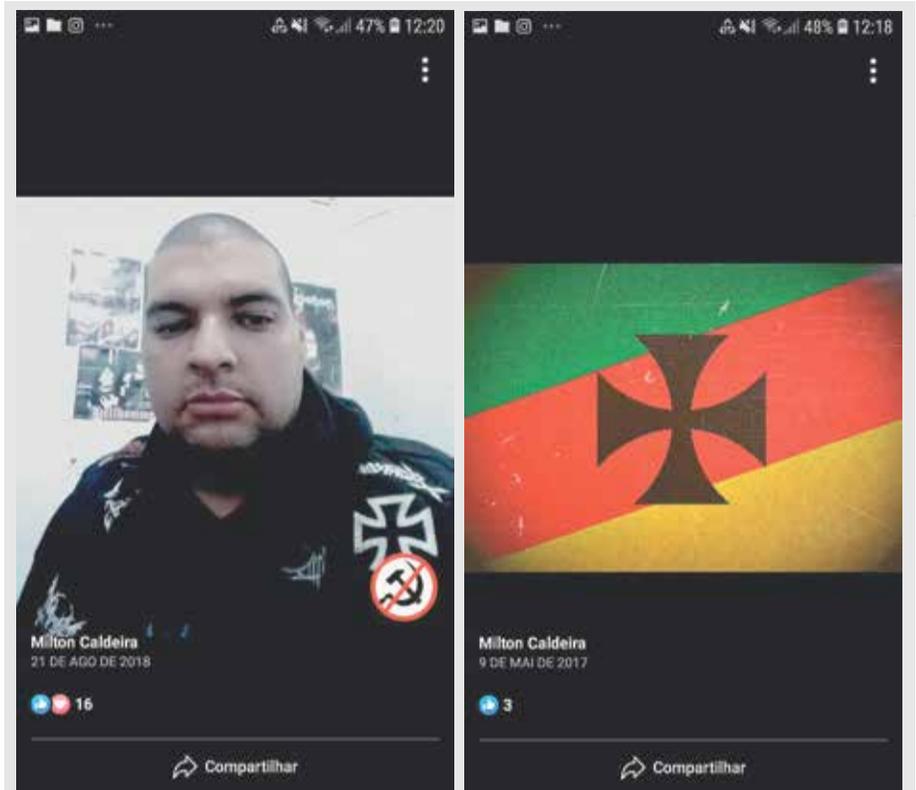
as, e outros grupos de *punk rock* fazem parte de um gênero conhecido como *RAC – Rock Against Communism*, em inglês, ou simplesmente rock contra o comunismo. Todas as bandas, sem exceção, adotam uma agenda oficial anticomunista, expressa em letras, símbolos e comportamento. O delegado Leonel Radde diz que esses grupos são a principal fonte de difusão de mensagens de ódio atualmente no país.

Uma das principais dessas bandas é a *Código de Honra*, formada em 2018 em São Paulo e que também adota um discurso antissionista. O grupo iria participar, em maio, do festival *This is war II* (Isto é guerra), marcado para Santiago do Chile – adiado para outubro devido ao “vírus chinês”, como informa a página oficial da banda. Local, dia e hora do show são transmitidos apenas por mensagem fechada. A banda também participaria de um festival chamado *Sonidos Anti Sionistas*, sem informação pública de data ou local para ocorrer.

Outro ponto comum entre os internautas é a banda sueca *Marduk* – especialmente o álbum *Panzer Division* (1999), uma alusão explícita às unidades da “guerra relâmpago” de Hitler constituídas em média por 320 tanques e quatro batalhões de infantaria. Os temas dos álbuns invariavelmente enfocam as campanhas de guerra hitleristas ou heróis do nazismo. A banda *Oi!diados* pega carona nessa onda e na faixa *Revolta skinhead* reproduz trechos de marchas nazistas.



“Estamos mansos demais com esses neonazistas”, alerta a antropóloga Adriana Dias



Nas redes sociais, militantes bolsonaristas difundem mensagens de ódio e símbolos nazistas. Acampamento do *300 Brasil* no DF e grupo paramilitar liderado por Sara Winter (de máscara)

Apoio formal

As ligações desses grupos com o poder são cada vez mais evidentes, como mostrou o diálogo entre Sara e o presidente Bolsonaro no dia 13 de maio. O mais novo aliado, ex-deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), pediu que o "exército" dos 300 "botasse pra correr" um grupo de 50 opositores do governo que estendeu faixas de protesto na Praça dos Três Poderes. "Ali não é lugar para vagabundo esquerdista se criar", vociferou Jefferson em uma rede social. A mesma na qual postou foto armado de um fuzil.

O acampamento em Brasília, que se instalou em frente à sede do STF no dia 2 de maio e agora ocupa uma área do Ministério da Justiça, tem apoio formal de outras autoridades ligadas ao governo, incluindo a ministra Damare Alves. Em abril de 2019, Sara Winter foi nomeada coordenadora de atenção integral à gestante e à maternidade da pasta. Não foi uma escolha aleatória: Sara nasceu em São Carlos, interior de São Paulo, cidade onde a ministra, a quem ela chama de "segunda mãe", iniciou sua formação política junto a evangélicos conservadores.

As famílias das duas colaboradoras são muito ligadas. Sara é protegida de Damare e de seu



Depois da batida da PF, Sara Winter liderou protesto com 10% dos 300 do Brasil contra o STF, numa tosca imitação da Ku Klux Klan

mentor, o ex-senador Magno Malta. Damare, que era chefe de gabinete do então senador, foi quem acolheu a ex-feminista em sua casa em Brasília, em 2017, quando ela foi assessora parlamentar "informal" de Malta e também atuou na ONG *Brasil sem aborto*, criada pelo ex-parlamentar em 2007. A ativista deixou o ministério em outubro passado e, desde então, dedica-se a mobilizar a tropa

de choque bolsonarista.

A deputada Carla Zambelli (PSL/SP), que tem mais de 800 mil seguidores no *Twitter*, gravou um vídeo de 10 minutos no acampamento, no dia 11 de maio, conclamando que as pessoas "de bem" se integrem aos 300 do Brasil. "Pode ser sim que algumas batalhas a gente perca, mas guerra a gente não vai perder. É uma guerra espiritual, do bem contra

o mal", disse aos manifestantes. Outras apoiadoras incondicionais são as deputadas federais Bia Kicis (PSL/DF) e Caroline de Toni (PSL/SC).

Perguntada sobre os limites desses grupos num ambiente de tensão cada vez maior, a antropóloga Adriana Dias resume sua opinião: "Não tenho ideia de até onde podem ir. E nem do que podem fazer".

QUEM INVESTE NO LONGO PRAZO SABE QUE O FUTURO DARÁ BONS FRUTOS.

A RENTABILIDADE DO SINPRORS PREVIDÊNCIA É QUASE O DOBRO DA POUPANÇA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

INGRESSE AGORA
(51) 99335.2387



WWW.SINPRORSPREVIDENCIA.COM.BR





Foto: Igor Sperotto

Hospitais de referência SUS na mira das privatizações

por Wálmaro Paz

No auge da maior crise sanitária da história do país, em que o sistema público de saúde se transformou na última trincheira na luta pela sobrevivência de pobres e ricos ante a pandemia, o governo federal anunciou que pretende incluir hospitais públicos na lista de estatais a serem privatizadas. No Rio Grande do Sul, dois hospitais de referência em atendimento pelo SUS estão entre as estatais a serem vendidas para a iniciativa privada, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), além de uma rede 40 hospitais universitários

A inclusão de centros de referência em educação e serviços de saúde pública do estado na lista de estatais do cronograma de privatização do Ministério da Economia provocou reações de indignação e resistência de setores ligados à saúde. O plano A reconstrução do Estado detalha a venda de 300 ativos até 2022 e projeta faturamento de R\$ 150 bilhões. No Rio Grande do Sul, estão na lista o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao Ministério da Educação, que coordena uma rede de 40 hospitais universitários voltados para a educação em saúde pública e atendimento médico-hospitalar público e gratuito – além de estatais de outros setores, como a Trensurb.

Médicos, professores, usuários e o Conselho Estadual de Saúde alertam que a desestatização dessas instituições poderá privar os gaúchos da maior parte dos serviços de saúde e representa o fim das pesquisas e educação em saúde nesses complexos sanitários.

O médico Cristiano Franke, dirigente da Associação de Medicina Intensivista Brasileira (Amib), entende que a pandemia reforça a posição dos hospitais públicos e deixa clara a necessidade de se manter instituições de referência como o GHC e o HCPA na esfera pública. "Isso ficou muito marcado no mundo inteiro até em países extremamente liberais como os Estados Unidos. Lá, eles sentiram a necessidade urgente de equipar e preparar o serviço de saúde pública de maneira eficaz", ilustra. Franke cita o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, e a epidemia de H1N1 no estado para reiterar a importância dos hospitais de referência em situações de trauma coletivo. "Falar em privatização neste momento equivale a um crime contra a população", ressalta.

O presidente do Conselho Estadual de Saúde, Cláudio Augustin, também considera "um crime contra o povo pobre do estado". Ele alerta que o GHC e o HCPA são centros de excelência em diversos tipos de tratamento, que atendem a maior parcela da população. O professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Alcides Miranda, pondera que não se trata apenas de uma questão



Foto: Jharez Junior/Agência A1RS

"A doença é um ótimo negócio para a indústria farmacêutica e de diagnósticos", aponta Augustin, do Conselho Estadual de Saúde

econômica, mas da destruição de todo um processo iniciado ainda no século passado, que concentra quase toda a pesquisa médica do estado.

Augustin repara que existe uma política internacional pela privati-

zação da saúde no mundo do capital. "A doença é um ótimo negócio para a indústria farmacêutica e a indústria de diagnósticos. É um campo altamente especializado e que tem um custo crescente", aponta. No caso dos hospitais,

grande parte das instituições é filantrópica e o alvo recai sobre os públicos, GHC, HCPA, Hospital Universitário de Santa Maria e hospitais menores de Rio Grande e Pelotas. Os demais hospitais universitários no país são de uma

empresa pública que deverá ser privatizada num segundo momento, por se tratar do filão da hospitalização: a alta complexidade. "Quem compraria isso seriam os grandes grupos da indústria da doença no Brasil".

Saúde comunitária, pesquisa e desenvolvimento tecnológico

O diretor administrativo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Jorge Bajerski, afirma que a justificativa do governo, que alega o custo alto dos serviços para privatizar, não tem procedência, porque a instituição atende casos de altíssima complexidade, salvando vidas de pessoas que estariam condenadas a não serem atendidas ou a morrer em um cenário de saúde privatizada. "São muitos aspectos que justificam a manutenção desses hospitais com a gestão pública. No caso do GHC, não estamos falando de um hospital, mas de um complexo de hospitais e um serviço de saúde que tem décadas de desenvolvimento na área de atenção básica comunitária e é referência internacional. Já no caso do HCPA, além de hospital universitário, é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tem uma produção também de reconhecimento internacional", ressalta.

Para o dirigente, a privatização desses serviços implica uma política de terra arrasada. Todo um acúmulo de produção científica, de desenvolvimento tecnológico, não somente no aspecto médico assistencial, mas notadamente na

organização de serviços de saúde. Hoje, com as informações do dimensionamento quantitativo de produção é possível se destacar o diferencial desses dois grupos, inclusive comparando com outros hospitais federais do Rio de Janeiro, no caso do Conceição. E, no caso do Clínicas, se comparar com outros hospitais universitários e até mesmo com a Empresa Brasileira de Hospitais Universitários (Ebserh), destaca Bajerski. O HCPA, que já teve um agenciamento empresarial, alia a gestão pública com a gestão corporativa, porque conta com grupos médicos assistenciais que operam numa lógica e num regime semiprivado.

Com um orçamento anual de R\$ 1,5 bilhão, o HCPA conta com uma suplementação de R\$ 57 milhões para a compra de 105 leitos de UTI para atendimento da Covid-19. A instituição dedica 88% da sua capacidade de internação a pacientes do SUS. Os 12% restantes atendem pacientes de planos de saúde e convênios, uma prerrogativa que a lei de criação do hospital estabeleceu na década de 1970 para gerar recursos complementares ao orçamento público e que representa 30% do

faturamento. A receita da instituição oscila em R\$ 300 milhões.

"Qual seria a vantagem de privatizar completamente o serviço, a diminuição de custos orçamentários? Se se for fazer uma análise de custo-benefício, ou até mesmo de custo-efetividade, a gente teria que colocar nesse cálculo não somente a produção do HCPA, mas principalmente a inovação estratégica, a inovação tecnológica e de produção científica", contrapõe Miranda.

O caso do GHC é exemplar, alerta o professor da Ufrgs. O complexo hospitalar formado pelo Conceição, Fêmeina, da Criança Conceição, Cristo Redentor, UPA Moacyr Scliar e 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), é referência no atendimento a toda a população da Zona Norte de Porto Alegre e dos municípios da Região Metropolitana, que somam mais de 4 milhões de habitantes, e mantém programas de residência multiprofissional e médica, produção científica, e atenção primária em saúde comunitária. "É uma irresponsabilidade enorme aventar a possibilidade de privatização, considerando somente o custo orçamentário", acrescenta.

O presidente do GHC, Cláudio



Para Bajerski, do HCPA, nada justifica a ideia de privatização

Oliveira, afirma que "não existe um processo de privatização da instituição" e justifica que o grupo aparece na lista do Ministério da Economia por ser uma empresa estatal, "portanto, passível de ser privatizada". Não é o que mostra o plano A reconstrução do Estado, elaborado pela Secretaria Especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia. Na lâmina número 7, o GHC é a 13ª de 17 estatais "em processo de desestatização", entre as quais está outra empresa pública do estado, a Trensurb.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed | CCG Saúde | UNIODONTO

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



Foto: Fernando Dias/Saatchi/Divulgação

Safra de grãos de verão teve queda em todas as culturas, exceto no arroz. Principal produto de exportação do RS, "o cassino" da soja registrou quebra de 42%

O ano perdido da agricultura gaúcha

por Fernanda Wenzel

A convergência entre a terceira grande estiagem em 15 anos, que castiga a lavoura desde novembro, e a paralisação de grande parte da agropecuária com a pandemia da Covid-19, minguou a produção agrícola do estado. O agro gaúcho, que já vinha dando sinais de debilidade antes mesmo da crise sanitária, viu encolher em quase 30% a produção de grãos. Apostada arriscada do setor e carro-chefe da balança comercial, a soja registrou queda de 42%. Diante de tantas adversidades, nem mesmo a tênue reação da cultura do arroz deve evitar a maior queda do PIB dos últimos 70 anos

Mesmo sem pandemia, o ano de 2020 seria difícil para o Rio Grande do Sul. A estiagem que atinge o estado desde novembro, por si só, já faria a economia fechar o ano no vermelho. Com o coronavírus, devemos ter a maior queda do PIB desde 1947, quando o dado começou a ser calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). "A queda deve ficar em uma faixa de 7% a 10%. É um choque diante de tudo o que estamos vivendo", afirma o secretário estadual da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso. Depois do ano de 1990, quando a queda foi de 6,6%, esse será o maior tombo do indicador que representa a soma de toda a riqueza produzida no estado.

A agropecuária responde, em média, por 10% do PIB gaúcho. Mas se for considerado todo o agronegócio – que inclui os setores de máquinas e implementos agrícolas, por exemplo – esse percen-

tual sobe para 40%. Por isso, uma quebra na safra de grãos como a registrada neste ano, de 28,7%, impacta diretamente a economia do estado. "Quando se tem estiagens nesta proporção, já se espera que o PIB seja negativo. Foi o que aconteceu nas duas últimas grandes secas, de 2005 e 2012", compara Antônio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul).

O maior prejuízo foi registrado justamente no principal produto de exportação do Rio Grande do Sul. A soja – que em 2019 respondeu por 22% das vendas externas gaúchas – teve quebra de 42% na safra. Das 19,7 milhões de toneladas previstas, foram colhidas 10,6 milhões. Os outros grãos também tiveram quebras – de 33% na segunda safra do feijão e de 28% no milho. A única exceção é o arroz, que por ser uma cultura irrigada teve um aumento de 0,9% na produção.

Os pequenos produtores, que têm menos condições financeiras para enfrentar uma crise, sofrem ainda mais. Com a piora das pastagens em função da seca, as vacas leiteiras estão produzindo menos. "O produtor de leite tem perdas de 20% da produção, enquanto os custos aumentaram 15%. E o preço do leite segue o mesmo do ano passado", lamenta Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

Outros pequenos agricultores estão sofrendo um duplo impacto: da seca e do coronavírus. É o caso dos produtores de frutas e hortaliças, que além dos prejuízos pela falta de chuva viram as vendas despencar por causa do fechamento de diversas feiras. Criadores de aves e suínos também foram afetados pela pandemia. Com frigoríficos fechados após se tornarem focos da doença, os produtores tiveram que criar os animais por mais tempo. "Isso dá um prejuízo financeiro muito grande. Cada dia que passa, depois do prazo de abate, o animal consome muito alimento, e o preço que o produtor vai receber na hora da venda não compensa", explica o dirigente da Fetag. Segundo ele, não fosse a reabertura dos frigoríficos de Lajeado e Passo Fundo – autorizada após acordos judiciais – os

produtores teriam que começar a abater os animais nas granjas.

O tamanho do prejuízo na agricultura gaúcha ainda está sendo contabilizado, mas a Farsul estima um rombo de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões. Se entrarem nesta conta os impactos em cadeia – por exemplo, o cerealista que vai receber metade dos cereais previstos – os prejuízos podem chegar a R\$ 80 milhões.

“Isso sem falar nos impactos indiretos, que nós nem contabilizamos. Esse cerealista, por exemplo, pode desistir de comprar um apartamento por ter recebido menos”, exemplifica o economista da Farsul.

Com menos dinheiro circulando, diminui também a arrecadação de impostos, que já registrou uma queda de 17% em abril e pode atingir 35% em maio. “As coi-

sas se misturaram e é um pouco difícil separar quanto do prejuízo é por conta da estiagem e quanto por conta da Covid-19. A crise se juntou em uma só”, resume o secretário estadual da Fazenda.

Foto: Vinicius Reis/Agência ALRS



Carlos Joel Silva, da Fetag: quebra de 20% na produção de leite

Secas acendem alerta vermelho para dependência da soja

A sequência de três estiagens graves em 15 anos acende o alerta vermelho para o crescimento das lavouras de soja pelo Rio Grande do Sul. A cultura tem avançado pela Metade Sul do estado, onde o solo é pouco favorável e as chuvas menos frequentes. O resultado é que as regiões de Soledade, Bagé e Santa Maria foram as que mais perderam com a seca, com quebras de mais de 50% na produção. Os agricultores de Santana da Boa Vista, por exemplo, perderam quase 90% da safra. “Plantar soja na Metade Sul é certamente um investimento de maior risco. Por isso, ela segue uma dinâmica de mercado. Se a soja está pagando bem, os produtores avançam para áreas de maior risco”, revela o diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Alencar Rugeri.

A área de cultivo da oleaginosa cresceu 62% desde 1990, tornando-se de longe a principal cultura do estado. Mas, no mesmo período, a produtividade oscilou entre 654 quilos por hectare, em 2005, e 3.385 quilos por hectare, em 2017. “Considerando a frequência de estiagem histórica dessa região, esses municípios podem ter 50% de chance de ter uma seca. Quando se chega neste ponto vira um cassino, não é mais uma atividade econômica”, alerta Eliseu José Weber, engenheiro agrônomo e professor do curso de Geografia do campus Litoral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

O presidente da Fetag também se preocupa, principalmente, ao ver pequenos produtores abandonando outras atividades para apostar todas as fichas na soja. “Acho que a soja tem que ser repensada pelo estado. O Rio Grande do Sul está ficando muito dependente da soja, e isso é perigoso. Assim como o produtor não pode ficar dependente de uma só cultura, o estado também não pode ficar dependente de uma cultura só”, afirma.

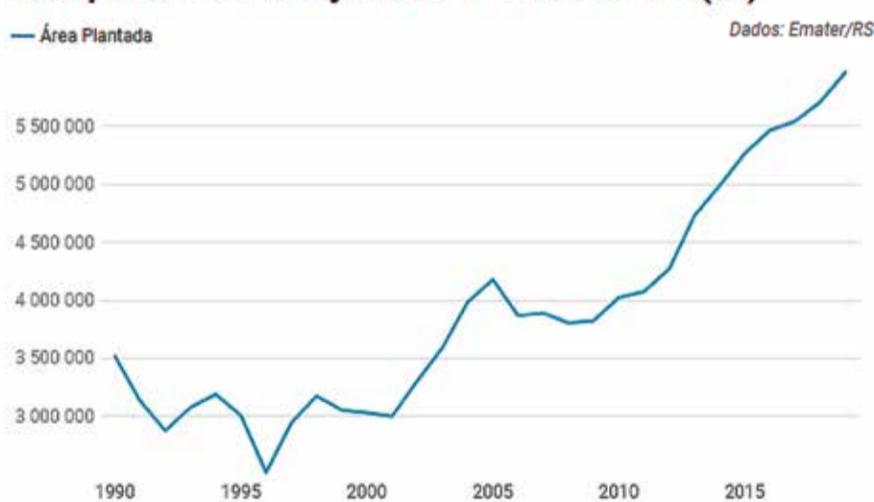
CUSTO AMBIENTAL – Já o secretário estadual da Agricultura, Covatti Filho, não vê por que se preocupar com o avanço da oleaginosa. Isso porque, no final das contas, o Rio Grande do Sul está no lucro neste cassino – o estado vem batendo recordes positivos de produção desde 2013. “Ao invés de ter o prejuízo de desestimular uma cultura que tem uma consequência muito positiva para o estado, que é o resultado das últimas sete safras, é importante a gente estimular a irrigação”, afirma. Atualmente, apenas 2% das lavouras gaúchas de sequeiro, ou seja, em áreas não alagadas, são irrigadas.

Mas segundo os pesquisadores, há outros riscos que não estão entrando nesta conta. Um deles é o custo ambiental, já que a soja avança principalmente por áreas de campo nativo, onde antes se criava gado. “No Bioma Pampa, perdemos 2 milhões de hectares de campos nativos nos últimos 30 anos. É um custo ambiental que não está sendo quantificado, e que impacta na disponibilidade da água, na emissão de carbono, na redução da biodiversidade etc.”, diz Weber.

Além disso, o clima do Rio Grande do Sul está mudando, o que vai exigir uma adaptação da agricultura gaúcha. Segundo o professor Francisco Aquino, do Departamento de Pós-graduação em Geologia da Ufrgs, está chovendo mais no estado, mas essas chuvas estão pior distribuídas. “Ao invés de ter 12 ou 15 dias com chuva ao longo do mês, passamos a ter essa mesma chuva em poucos dias. Você passa meses sem chuva e depois começa a chover demais em poucos meses. Do ponto de vista do dano para o agricultor, isso é terrível, porque o prejuízo vem de todos os lados”, explica.

AGRICULTURA FAMILIAR – A estiagem também prejudicou as famílias assentadas pelo Movimento Sem Terra (MST). Segundo Emerson Giacomelli, coordenador do MST no estado, o maior prejuízo foi no leite, que é justamente a atividade mais comum nos assentamentos gaúchos – cerca de 6,5 mil famílias dependem dessa renda. Já a produção do arroz orgânico, praticada por mais de 360 famílias nas regiões de Porto Alegre, Canguçu e São Gabriel, ficou dentro das expectativas. Segundo Giacomelli, devem ser colhidas 17,5 mil toneladas nos assentamentos gaúchos. O problema agora é: para quem vender a produção? As escolas públicas, principais clientes da agricultura familiar, estão fechadas. “Iniciamos o ano com vários contratos de fornecimento sendo assinados, começamos as entregas e em menos de 48 horas todos os nossos pedidos foram suspensos. Estamos com os estoques cheios”, lamenta o coordenador. O MST solicitou aos governos federal e estadual que comprem os produtos da agricultura familiar para incluir nas cestas básicas distribuídas no estado, mas ainda não obteve retorno.

Área plantada com soja no RS de 1990 a 2019 (ha)



Produtividade da soja no RS de 1990 a 2019

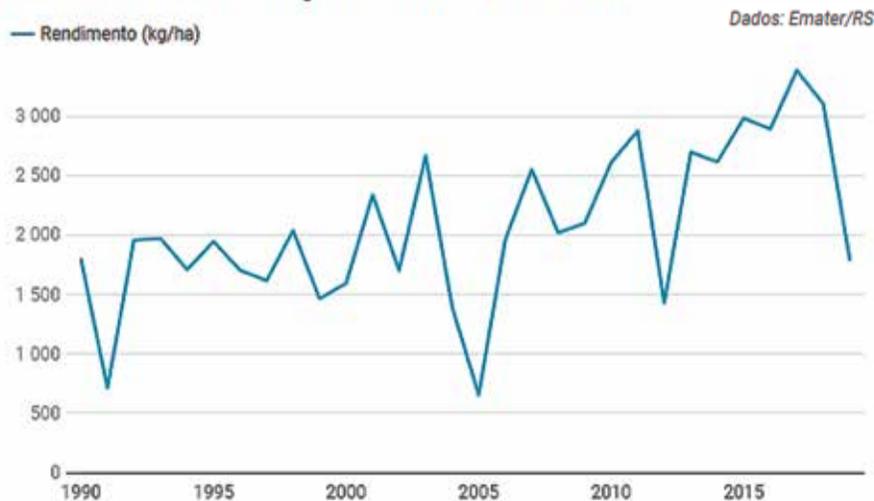




Foto: Igor Sperotto

foram compartilhados com seus dois netos. Desempregada, Cristiane cuida de filhos da vizinhança na Vila Santo André, enquanto as famílias trabalham fora. O isolamento aumentou as dificuldades. Ela reunia as crianças e buscava doações de pão e sobras num supermercado próximo. Não conseguiram entrar porque estavam sem máscara. A rotina tem sido assim: sem trabalho e sem comida, moradia precária, não há máscaras, nem álcool em gel.

Outra ação solidária coincide com o momento da entrega dos víveres. Na estreita rua sem pavimentação, passa um carro com pessoas alcançando "quentinhas" pela janela. As crianças do seu Neri garantem suas porções e voltam pra dentro de casa com pés embarrados e sorrisos nos rostos.

Espreita pela ajuda

Quando viu a cesta ser entregue no seu Neri, a vizinha Lidiane Maria Lorenzo, 30 anos, veio de documentos em mãos, chinelo de dedo e meia, saltando as poças de barro. Também desempregada e com quatro filhos, ela recebe o Bolsa Família e economiza para alimentar a prole nesse período sem aulas e sem merenda. Os kits que deveriam vir da escola para compensar, ainda não chegaram. Do outro lado da rua, pelas frestas da cerca, uma senhora chama para saber como receber um rancho.

Próximo dali, a presidente da Associação de Moradores Santo Antônio, Maria Salete Gonçalves, transformou sua casa numa unidade de recepção e distribuição de cestas básicas recebidas dos sindicatos. Arroz, feijão, óleo, açúcar, massa, leite, batata-doce são entregues por sindicalistas do Semapi e Sindibancários. "Essa doação é uma alegria que compartilhamos", afirma Maria Salete. Moradora da ocupação há 16 anos, conhece as precariedades da vizinhança, assim como Ronaldo Jesus, da ocupação Campos Verdes, que aguardava os carros dos sindicatos na entrada da vila para as doações.

Sindicatos e movimento social se unem para combater a fome

por Stela Pastore

Desde que iniciou a pandemia da Covid-19, sindicatos e organizações articulados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS) formaram um mutirão para combater a fome – em um trabalho de base diante da omissão dos governos durante crise sanitária e humanitária. Às quartas-feiras, um comboio de veículos parte para destinar cestas básicas a comunidades mais vulneráveis. Já foram entregues 16 toneladas

A prioridade da ação solidária são as pessoas que vivem em ocupações urbanas ou trabalham em galpões de reciclagem, cooperativas de catadores, numa relação com as lideranças das comunidades, associações de bairros e conselheiros tutelares, relata Amarildo Cenci, presidente da CUT-RS e diretor do Sinpro/RS. Também são entregues kits de higiene, roupas para enfrentar o frio e máscaras

de algodão orgânico produzidas pela Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens).

Uma dessas doações chegou à casa de Neri Pimentel, 63 anos, no bairro Humaitá, onde mantém três netos com menos de dez anos. Um Acidente Vascular Cerebral (AVC) no início de maio o levou a uma internação durante a qual precisou de ajuda para cuidar das crianças. Na entrega das cestas, no dia 13 de maio, Neri não esta-

va em casa. Saiu para consertar eletrodomésticos e tentar comprar gás. "Ele não quer deixar faltar comida", revela Cristiane Chaves Ferrão, 40 anos, que atendia as crianças na pequena casa de madeira inundada pela chuva da noite anterior. O colchão e as cobertas úmidas afugentaram os meninos para um canto mais seco do único quarto, de onde assistem desenho animado na TV.

Os alimentos recebidos também

Cooperação entre campo e cidade

“O sindicato não pode ser apenas uma agremiação de defesa dos interesses corporativos. Deve estar presente na defesa da vida e da democracia”, observa o presidente da Adufrgs Sindical, Lúcio

Vieira, que integra o mutirão proposto pela CUT-RS, juntamente com o Sinpro/RS, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Sindipetro-RS, Senergisul, Sindserf-RS e Semapi-RS.

O professor Vieira relata que essa articulação aproxima trabalhadores do campo e da cidade. Os alimentos distribuídos nos centros urbanos são produzidos pela Rede Coop, que reúne 24 cooperativas da

Agricultura Familiar, e são distribuídos pela Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), que monta as cestas, levando-as até as entidades sindicais.

Tumulto por comida

Nos 22 Centros de Referência em Assistência Social (Cras) de Porto Alegre, houve tumultos na busca de alimentos. A Prefeitura determinou atendimento somente por telefone, tanto para solicitar o donativo, quanto para o Cras da região agendar a entrega. Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), 18 mil cestas básicas chegaram às famílias do Cadastro Único, na faixa de renda até R\$ 89,00 *per capita*, excluídos do Bolsa Família ou outros benefícios. São cerca de 18,7 mil famílias nessa faixa de renda.

“Não raras vezes foi preciso acionar a polícia para organizar as filas”, relata o conselheiro tutelar Remo da Silveira. Ele destaca

a falta de vagas na educação infantil e nos projetos sociais, o que fragiliza a infância e adolescência. “A onda de solidariedade do terceiro setor abrange um maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade de forma mais democrática”, entende.

Bem antes da pandemia, denúncias do desmonte do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Sistema Único de Saúde (SUS) já eram frequentes na capital, com fechamento de abrigos para a população em situação de rua, desativação de restaurantes populares, redução de investimentos e terceirização de serviços. Em 2016, o orçamento da assistência era de R\$ 99 milhões e, em 2019, caiu para R\$ 66 milhões.

Solidariedade ameniza o desespero

No RS, o Consea resistiu ao desmonte e criou o Comitê Gaúcho de Emergência no Combate à Fome que, junto à Ação da Cidadania e à Cáritas Brasileira Regional, atua em campanhas de ajuda. Iniciou com a entrega de 1,5 mil cestas básicas para povos tradicionais de matriz africana, indígenas e comunidades fragilizadas da Região Metropolitana. “A situação só não é pior pelas inúmeras iniciativas de solidariedade”, registra o presiden-

te do Consea-RS, Juliano de Sá.

Entre essas iniciativas está a formação do Comitê em Defesa do Povo Contra o Coronavírus, que reúne ONGs, coletivos e associações que coletam e distribuem alimentos, produtos de higiene e EPIs. São iniciativas de todo o tipo, como de escolas, como a Emef Villa Lobos, que já doou 20 toneladas, numa articulação de professores e comunidade do bairro Lomba do Pinheiro.

A volta ao Mapa da Fome

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) alerta para o rápido retorno do Brasil ao Mapa da Fome, do qual havia saído em 2014, quando 98% da população tinha acesso à alimentação. Entre os 108 milhões de pessoas que convivem com a fome no mundo, estima-se 9 milhões no Brasil. Em março, antes da pandemia, o desemprego atingiu 12,9

milhões de pessoas no país. Todos os setores demitiram. Em 1º de maio, o governo estimava que a pandemia havia gerado 150 mil novas demissões. Os cortes em políticas sociais como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC-95), desintegração de programas, além da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), agravaram o cenário.

MST doa alimentos em 24 estados

Com a produção oriunda dos assentamentos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vem doando diariamente toneladas de alimentos em 24 estados. Só de arroz orgânico foram 12 toneladas no RS e grande variedade de outros produtos. “Disponibilizamos o que temos, o alimento. Não é caridade,

mas um sentido de colaboração com a organização da periferia e retribuir a solidariedade que já recebemos como movimento”, traduz o coordenador do MST no RS, Cedenir de Oliveira. “Conquistamos a terra e hoje dividimos nossa produção”, destaca Rosi de Lima Costa, da Cooperforte de Santana do Livramento.

Excluídos do Bolsa Família no RS

A fome e o desamparo cresceram vertiginosamente no governo Jair Bolsonaro. Entre 2019 e 2020, foram desligadas mais de 100 mil pessoas do Bolsa Família no estado, 12 mil só em Porto Alegre, abrangendo cerca de 40 mil pessoas, informa a diretora de Relações Institucionais da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho.

“Hoje 41.557 famílias recebem o Bolsa Família e mais de 40 mil estão na lista de espera do programa na capital. Não encontram

nenhuma porta de inclusão no governo”, aponta Paola. Ela chama a atenção para a extrema dificuldade das famílias em acessar o auxílio emergencial de R\$ 600,00, o que fez o Ministério Público Federal acionar o governo. O Rio Grande do Sul, e Porto Alegre, já tiveram programas de renda mínima, como o RS Mais Igual e o Núcleo de Apoio Sócio Familiar (Nasf). “Nunca um programa de renda mínima foi tão necessário como agora”, conclui.



Com esse distanciamento,
a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS SAÚDE SERVIÇOS NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Pandemia e necropolítica

*E ri-se a orquestra irônica, estridente...
E da ronda fantástica a serpente
Faz doudas espirais ...
Se o velho arqueja, se no chão resvala,
Ouvem-se gritos... o chicote estala.
E voam mais e mais...*

Castro Alves



Imagem: Reprodução/ Museo del Prado, Madrid/ Domínio

Ao noroeste da China, há uma cidade chamada Harbin, onde vivem 11 milhões de pessoas. Faz alguns dias, após a pandemia ter sido controlada no país, a cidade descobriu um novo surto da Covid-19. Foi então que o mundo ouviu falar do Sr. Chen, 87 anos, que foi identificado como um "supercontagiador". Ele foi infectado em um jantar com amigos de seus filhos. Depois disso, ainda assintomático, o Sr. Chen infectou outras 78 pessoas. Pelo menos duas pessoas para as quais ele transmitiu o vírus foram encontradas em outras cidades no espaço de alguns dias. O caso do Sr. Chen mostra que basta um indivíduo com contatos para que uma onda de contaminações se dissemine exponencialmente.

Lembro do caso Chen cada vez que vejo cenas nos meios de comunicação que mostram aglomerações de pessoas. No momento em que escrevo esse texto (27 de maio) grande parte dos negócios voltaram a funcionar no Rio Grande do Sul e em vários estados. Há muita gente na rua e os mecanismos de distanciamento social parecem se diluir. A pandemia foi controlada? Nossos indicadores evidenciam redução da curva de contágios e mortes? Não. Todos os indicadores mostram uma curva ascendente. Se

for assim, então, quando você estiver lendo este texto, é provável que as coisas tenham piorado muito.

Vivemos sob equilíbrio precário. A vida é, ela própria, um improvável equilíbrio. Em meio a uma pandemia, entretanto, tudo o que antes parecia sólido, se desmancha no ar. O vírus se espalha com muita facilidade pelas coisas e pelo ar e entra pelos sete buracos de nossa cabeça. Podemos, sem suspeitar, carregá-lo para dentro de nossas casas, nas solas dos sapatos. O vírus é traiçoeiro, se esconde nas chaves, nas maçanetas, sob as unhas, nos cabelos. Em espaços fechados e frequentados por muitas pessoas, as chances de contaminação aumentam muito.

Seria preciso que todas as pessoas com sintomas fossem imediatamente testadas e que, uma vez confirmado o contágio, todos os contatos delas no intervalo médio de infecção fossem rastreados, testados e isolados e, assim, sucessivamente, para toda a rede de contatos dos que testarem positivo. A experiência internacional mostra que a testagem em massa, com o isolamento de casos confirmados e dos possíveis casos, é decisiva para conter o vírus e salvar milhares de vidas em cada país.

O Brasil teve tempo suficiente para se preparar para a pande-

mia. Teve tempo, mas não teve governo. À perspectiva de Bolsonaro e do seu qualificadíssimo quadro de ministros e apoiadores é a da necropolítica debatida no já famoso ensaio do professor camaronense Achille Mbembe. Governar é, para essa gente, escolher quem merece viver e quem é "matável". Só por isso, as armas são tão importantes e simbólicas; só por isso, a excludente de ilicitude é central e há na base fascista em formação no Brasil atos públicos com caixões e dança de zumbis.

Como até as pedras sabem, o presidente se preocupa em proteger sua família e seu mandato. Quanto ao resto, sua resposta resume-se a um "E daí?". Desde o início, a figura mortífera desdenha da pandemia ("gripezinha", "exagero", "invenção da imprensa" etc.), negando que estivéssemos diante de um problema real. O Brasil não teve, por isso, gestão nacional e centralizada da crise. Nossas fronteiras permaneceram abertas, não há testagens efetivas, o que significa que milhares de Chans não sintomáticos estão por perto, circulando amplamente. Alguns deles fazem carreatas para a volta ao trabalho e se enroscam na bandeira do Brasil, contaminando-a com o vírus da intolerância e do

fascismo. Sim, "existe um povo que a bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia"!

Enquanto isso, a peste segue enlutando milhares de famílias que não podem sequer velar seus mortos. Quantos ainda irão morrer? 60 mil, 80 mil, 150 mil? Para muitos, tanto faz, contanto que as vítimas não sejam os seus. Descobre-se, assim, que o "E daí?" do presidente, cuja fala se aproxima de um relincho, é, na verdade, um eco. A expressão reverbera, desde uma posição central do Poder, o grito de morte lançado contra os índios e os negros escravizados; o juramento de dor e domínio feito pelos séculos às mulheres e a inclemência eterna contra os pobres e os humildes. A indiferença das nossas elites empresariais, que elegeram Bolsonaro e que, até hoje, financiam o "gabinete do ódio", é a mesma que pende da mão dos feitores.

Pior do que isso é que, para além da indiferença, há o fascínio pela morte e um desejo aberto, compartilhado pela necropolítica como ameaça crescente, de extermínio. Tudo em nome da Pátria, da Família e de Deus, claro. A democracia brasileira precisa impedir que os jagunços da Pátria, a família da Casa Grande e o deus do Führer se encontrem; antes que seja tarde demais.



Quadro Amarelo, a escrita criativa on-line

por Marcelo Menna Barreto

Depois de 35 anos de face a face, olho-no-olho, o escritor e professor de Literatura Luiz Antonio de Assis Brasil se soma ao jornalista e escritor Jéferson Assunção para oferecer oficinas de escrita criativa de forma on-line. Trata-se da recém-criada Quadro Amarelo – Plataforma de Escrita Criativa, lançada em março deste ano em parceria com a TAG Livros.

Assis Brasil e Assunção modelaram as 40 aulas da primeira incursão das oficinas no ambiente web. O plano foi elaborado para abarcar os níveis básico e intermediário, em 28 aulas conduzidas por Assunção. Assis Brasil, que ainda integra a equipe da plataforma como supervisor, se encarrega do nível avançado em 12 aulas.

Escrita para pessoas criativas aborda o fundamento da escrita, a origem da narrativa, os vários tipos de estruturas e o personagem de ficção. Personagem, aliás, que é uma especialidade de Assis Brasil. “A personagem é tudo num romance. Nem tanto no conto contemporâneo, em que mais importa o fato do que a personagem, mas quanto ao romance, é a personagem que o ‘provoca’ e, num segundo plano, dá um sentido a ele”, antecipa.

“Nesses 35 anos, o Assis Brasil gerou todo um ambiente de escrita criativa em Porto Alegre. O que fizemos agora foi colocar isso na rede de maneira organizada”, explica Assunção. A ideia é que o projeto ganhe outras temporadas, cada uma delas com dois autores, professores e escritores, aumentando a diversidade e abordagem.

É fato que, apesar de Assis Brasil modestamente referir que foi antecedido “por algumas desbravadoras iniciativas como a de Lúcia Averbuc-

ck”, seu trabalho é pioneiro no Brasil. Uma história que remonta a 1985, quando o professor instituiu a Oficina de Criação Literária do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.

Entre os mais de 800 alunos que já frequentaram suas oficinas, alguns dos mais importantes nomes da literatura contemporânea brasileira, como Carol Bensimon, Prêmio Jabuti 2018 de Melhor Romance com O Clube dos Jardineiros de Fumaça (Cia. das Letras); e Daniel Galera, um dos precursores do uso da internet para a literatura.

Para Jéferson Assunção, Assis Brasil “é o maior formador de escritores do Brasil”. Com a bagagem de quem foi coordenador-geral e diretor de Livro, Leitura e Literatura quando ainda existia o Ministério da Cultura do Brasil (MinC), Assunção lembra outros pupilos de Assis Brasil e sua importância. “Michel Laub, Paulo Scott – são muitos – Cintia Moscovich, Amílcar Bettega. Todos esses com prêmios nacionais e presença internacional”, enumera.

“Sou um homem aberto às novas tecnologias, quando vêm para melhorar a nossa vida. Se pensarmos bem, o meio digital também permite um olho-no-olho e uma boa interação. Claro, alguns elementos sensoriais ficam de fora, mas é o pequeno preço que se paga. E, de certo modo, os próprios alunos estão aceitando bem, até porque pertencem a uma geração que nasceu dominando a informática”, reflete Assis Brasil.

Em gravações de alta qualidade para celulares, computadores e tablets, os alunos ainda têm a opção de montar o seu curso e podem acessar a plataforma a qualquer momento no período de um ano. No final, mediante uma interação mínima de 75%, um certificado é concedido aos participantes.



FRAGA

Leituras incomuns

A quarentena, esse teste-drive doméstico da eternidade, vai exigir muito daqueles que não têm hábito de leitura. Mas isso é problema deles. O do bom leitor é fazer render o acervo literário que tem em casa. Sobre tudo se não é dono de biblioteca, se possui apenas uma estante ou uma única prateleira. Calma, o jeito é fazer render alguns livros. Eis alguns exercícios para a multiplicação das páginas.

1 – Leia primeiro as páginas ímpares de um livro. A seguir, as pares. As surpresas de enredo são inimagináveis. Sem falar do esforço que é extrair sentido desse conteúdo dividido. Lembra de O Jogo da Amarelinha, do Júlio Cortázar? Fichinha perto desse desafio.

2 – Leia vários livros ao mesmo tempo, alternando trechos de todos eles. Quer dizer: leia todos os primeiros parágrafos de, digamos, seis ou mais livros. Depois reinicie a sequência com os segundos parágrafos, e assim por diante. De preferência a livros de gêneros distintos. Ao final, você terá completado a leitura de uma obra descomunal, totalmente inédita. E se gabar pro resto da vida, ou da quarentena, a que durar mais.

3 – Se você tem apenas um livro que já cansou de ler e reler, não há problema. Leia ao acaso, abrindo uma página por vez. Repita isso quantas vezes precisar até terminar o livro. Funciona prazerosamente tanto com a Bíblia quanto com um dicionário, mas com os clássicos as emoções são infundáveis.

4 – Pra variar, o próximo livro você pode ler sem pular página alguma. Só que na ordem inversa, do fim ao começo. Como você já conhece esse livro, calcule o prazer de redescobrir a história ao contrário. Imagine seu gozo com livros policiais: o assassino já foi descoberto mas, eba!, você vai acompanhar o roteiro inverso, passar pelo ato criminoso e chegar às motivações iniciais dele ao conhecer sua vítima. Agatha Christie nunca foi lida assim!

5 – Outro malabarismo inventivo de leitura é pegar qualquer livro e ler linha sim, linha não. Com sorte, com esse pula-pula você descobre um outro livro dentro do livro. E nessa leitura desdobrada, talvez haja chance de insuspeitas entrelinhas, o que ampliará seu prazer.

6 – Bem, depois desses exercícios, você mesmo pode improvisar outras formas de explorar os volumes ao seu alcance. Ler, por exemplo, em voz alta e ignorar toda a pontuação. José Saramago fazia isso e encantou meio mundo. Ou ler só os monossílabos e, após o livro inteiro, voltar e ler os polissílabos. Ou ler página a página de baixo pra cima. Ou... Não, chega de sugestões. Você é capaz de fazer melhor que eu.

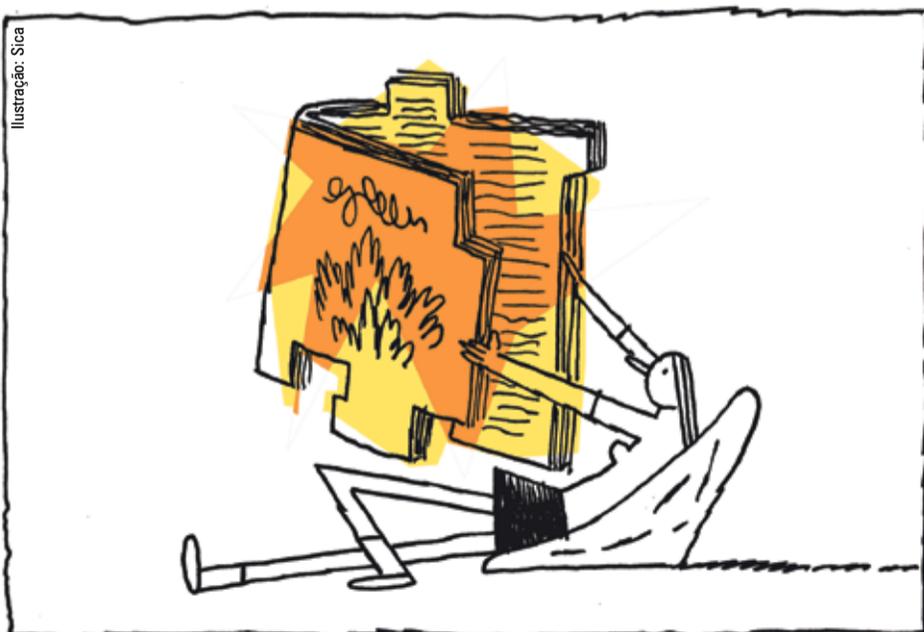


Ilustração: Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAConfira a agenda
cultural completa
em ecarta.org.br.

SHOWS VIRTUAIS

Porto Alegre | 18h

13/6 – **Ângelo Primon em Sala de Estar.** O músico abre sua sala de estar para uma imersão sem filtro em suas inquietudes sonoras, nas ideias e nos sentimentos de solidão provocados pelo isolamento social em função da pandemia.



Foto: Igor Sperotto

27/6 – **Marcello Caminha apresenta Violão Gaúcho.** O artista reuniu no repertório as mais emocionantes canções gaúchas tocadas no violão, retratando em sua temática as imagens que configuram a cultura do Rio Grande do Sul, além de músicas autorais dos CDs *Imagens e Influência*.



Foto: Igor Sperotto

ARTES VISUAIS

Porto Alegre

09/06 – **Inauguração Fotografias para Salvar.** Mostra reúne imagens doadas por 150 fotógrafos para o projeto POA150Fotos. Os trabalhos estão sendo vendidos para arrecadar recursos para assistência a comunidades vulneráveis.

Foto: Renen Benedito



Foto: Raphael Alves

Foto: Igor Sperotto

CAMPANHA

Até 31/7 – **Ecarta Solidária** busca arrecadar R\$ 10 mil para auxiliar músicos que precisam de ajuda financeira para seus projetos devido a pandemia de coronavírus. Para contribuir, basta acessar o QR Code ou o site da campanha em www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ecarta-musical-solidario.





VERISSIMO

Bengaladas

"Mas é preciso lembrar que, do jeito que as coisas vão ou não vão no país, estamos à beira de uma guerra civil"

Andei caindo, ou caí andando. Cara no chão, joelhos esfolados, mas nada grave. Uma das simpáticas enfermeiras que me atenderam na emergência do hospital se chamava Verlaine. Só vi os seus olhos, por cima da máscara. Um dos efeitos colaterais dessa maldita pandemia é que nos obrigou a migrar, de uma civilização de rostos inteiros para uma civilização só de olhos. Os rostos perderam os recursos de comunicação que tinham, como o beicinho e o muxoxo e, principalmente, o sorriso. Agora, os olhos precisam fazer trabalho dobrado, o trabalho de um rosto inteiro. A máscara nos roubou o rosto. Não posso dizer nada sobre o sorriso da Verlaine. Mas foi diferente, ser atendido por uma enfermeira com nome de poeta.

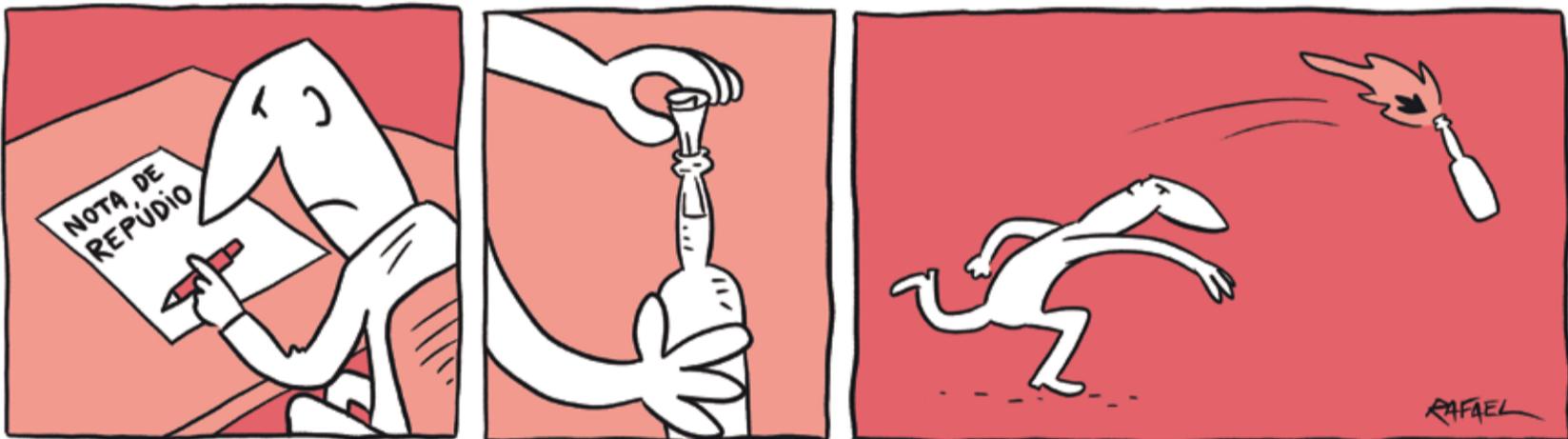
Não foi minha primeira queda adulta, e não foi a primeira vez que ouvi a sugestão de passar a andar com uma bengala, para restabelecer o prumo perdido. Há quem diga que a bengala mais atrapalha do que ajuda quem precisa de uma terceira perna, e tropeçar na própria bengala é uma ocorrência que se repete, para divertimento geral. Outros dizem que a bengala não ajuda nem atrapalha, é apenas uma maneira de parecer inglês sem necessariamente ser inglês, uma exigência desumana. Existiriam tipos diferentes de cabos de bengala, dependendo do tipo e do caráter de quem as usa. Cabos com uma forma sensual



feminina proporcionariam aos cavalheiros o prazer de uma bolina interminável, eximindo-o de bolinar sua mulher, ou cabos de guarda-chuvas usados como bengalas – três utilidades em uma! E, claro, cabos ocus, com espaço para um bom conhaque.

Mas é preciso lembrar que, do jeito que as coisas vão ou não vão no país, estamos à beira de uma guerra civil. O presidente Bolsonaro & Filhos já anunciou que quer armar a população brasileira para eliminar comunistas como o kal7xp0t!! do João Dória e tem sua própria polícia, o Primeiro Filho Flávio Bolsonaro tem, notoriamente, contatos com gente da milícia, e o Exército brasileiro se dedica ao seu papel constitucional, que é o de mal governar o país enquanto os outros poderes se xingam mutuamente. Nós precisamos ter lado nessa briga. Bengalas, gente!

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



depois de Alexandre Beck

RANGO / EDGAR VASQUES





**Respeitamos todas as
posições que respeitam
a posição de todos**

#Democracia

Restabelecer a democracia no Brasil custou vidas e demandou muita luta. Direitos, que hoje parecem corriqueiros para alguns, como votar, se organizar em partidos políticos, se expressar livremente, tiveram que ser duramente reconquistados.

Quem flerta com regimes autoritários, encontrará resistência nos professores.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão